

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZANOVE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO**-----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E DOIS** -----

----- Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos: vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, José Roque Alexandre, Pedro Miguel Tadeu Costa, Natacha Machado Amaro, Maria João Bernardino Correia, Nuno Miguel

dos Santos Silva, Susana Maria da Costa Guimarães, José Manuel Marques Casimiro, Mário Nelson Morais Freitas, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva e Nuno Miguel Mendes Firmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fernando Garcia Lopes Correia, José Luis Sobreda Antunes, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice e Sara Isabel Correia de Barros Trindade. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- João Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Júlio José Cordeiro Reis Silva (CDS-PP).-----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sara Isabel Correia de Barros Trindade. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Miguel Gaspar, Paula Marques e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Orísia Roque e Nuno Rocha. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o---

-- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos em primeiro lugar dar a palavra ao Público. Temos o Período de Intervenção aberto ao Público.-----

----- Dar-vos conta que a Reunião da Câmara Municipal ainda estava em curso, a que se iniciou hoje a penso que às 9 e meia da manhã, portanto, desse ponto de vista, vamos dar início aos nossos Trabalhos.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Temos a Senhora Manuela █████ Costa, que é a primeira oradora munícipe inscrita e o tema que nos vai trazer é uma obra a decorrer em prédio da CML, com 3 fogos que estão habitados, é a indicação que temos. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, dar-vos também conta que consensualizámos que face ao atraso da Bancada da Câmara, se depois de esgotado o Período de Intervenção do Público e a apresentação de um Voto de Pesar, que se a Representação da Câmara ainda estiver atrasada, que iniciaremos os nossos Trabalhos pelas Declarações Políticas e, nesse sentido, nós já recebemos várias inscrições por *e-mail*, já recebemos outras inscrições aqui, os Partidos Políticos que quiserem usar da palavra nas Declarações Políticas devem fazer chegar essa indicação à Mesa.-----

----- Vamos agora dar a palavra à Dona Manuela Costa, muito obrigado, tem três minutos.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Manuela █████ Costa,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Excelentíssimos Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Vereadores e Deputados, Senhoras e Senhores.* -----

----- *O meu nome é Manuela, █████.* -----

----- *Vivo num prédio com três andares e um total de seis fogos, sendo todos eles propriedade Camarária, vive há três semanas num inferno inimaginável de lixo e ruído no meio de uma obra profunda que a Câmara Municipal de Lisboa iniciou a 25/6, sem aviso nem edital.*-----

----- Perguntei no início da obra e soube que iam partir e derrubar paredes, arrancar chãos e tetos, fazer WC e cozinha aos três fogos devolutos, substituir tubagem, escadas e também substituir caixilharia da fachada principal e de tardo. -----

----- Assisti a momentos em que a empreitada se deparou com quase tudo podre e em colapso, acima e abaixo daquele fogo em que vivo. -----

----- Durante o dia o ar é irrespirável, o ruído é ensurdecador, impossível de aguentar, picaretas, brocas, martelos pneumáticos perfuram e derrubam sem cessar.--

----- As imagens que se encontram projetadas falam por si, não há projetadas mas vou deixar depois na Mesa. -----

----- Recentemente começou a cair areia negra do teto da minha cozinha junto à janela, avisei e pararam e vieram pôr tiras de fita-cola sobre a brecha confirmando que tudo está podre por cima e estão a pregar barrotes novos nos podres para o meu teto não cair. Mostrei ao Engenheiro da Câmara o meu espaço e ele não imaginava as condições e estado desta casa, sem cozinha nem WC.-----

----- Esta é uma obra que decorrerá até ao fim do ano, pelo menos, mas não sei se quando e até quando aguentarei este pesadelo, sei que além de não repararem nada ainda me estão a destruir um pouco o que está de pé e em mau estado. -----

----- Há dias não permiti que me partissem da parede da sala, comum à escada, para me meterem duas caixas de gás e água de derivação. -----

----- A descrição completa deste inferno encontra-se nos documentos, devidamente documentados que entregarei à Mesa. -----

----- Face ao exposto, solicito à Assembleia Municipal de Lisboa que intervenha perante a Câmara, exigindo imediata suspensão de toda a obra a decorrer neste edifício, vistoria urgente pelas entidades competentes que assegurem a minha segurança e integridade física, assim como dos restantes inquilinos, reformulação da remodelação em curso, beneficiando todas as frações e não apenas as que se encontram devolutas, acredito meus senhores, que poderei contar convosco. Muito obrigada.”-----

----- (A documentação entregue pela munícipe foi anexada a esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Dona Manuela Costa, naturalmente que o conteúdo da sua intervenção, bem como a documentação que nos vai deixar vai ser integralmente integrado na Ata e também será transcrito e enviado para a Câmara Municipal, bem como será dado conhecimento aos Grupos Municipais que poderão acompanhar o tema. -----

----- Temos um segundo orador inscrito, José ██████████ Fernandes, e o tema que já foi aqui trazido é o Programa de Renda Acessível, parceria público-privada, na Rua ██████████, nomeadamente com a matéria que concerne à questão dos lojistas.-----

----- Também dar-vos conta que na sequência daquilo que foi uma intervenção aqui feita sobre esta matéria no Período do Público, que tive oportunidade de receber representantes da Associação e que também do conteúdo dessa Reunião foi feita uma

síntese da documentação que foi entregue e não só a documentação oficial, foi enviada para a Câmara Municipal, como também tive oportunidade de diretamente dar nota ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa daquilo que nos foi transmitido na Reunião que tivemos e na audiência que tivemos sobre esta matéria, portanto, ele também já está ciente de algumas das preocupações que num modo mais privado nos transmitiram sobre o andamento do processo.” -----

----- **O Múncipe, Senhor José █████ Fernandes,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa-tarde Senhor Presidente, boa-tarde a todas as pessoas presentes na Assembleia Municipal.* -----

----- *O meu nome, como o Senhor Presidente já anunciou é José Fernandes e pertenço à Associação do Comércio Tradicional da Rua █████, e █████ da rua.* -----

----- *A finalidade da minha vinda hoje aqui à Assembleia Municipal, portanto, é apresentar à Assembleia e depois entregarei ao Senhor Presidente, uma Petição que fizemos junto dos nossos clientes, alguns dos clientes, porque muitos estão de férias ou não apareceram, sobre a nossa situação.* -----

----- *Portanto, os clientes todos com certeza que estão indignados, revoltados e solidários com a nossa situação porque, como eu disse e é do conhecimento dos Senhores o Programa de Rendas Acessíveis, público-privada, da Rua █████ quer-nos tirar dos nossos estabelecimentos pura e simplesmente, portanto, nós não nos queremos, portanto, a parte negocial pelo menos numa que tivemos com a Câmara Municipal de Lisboa, o representante diz que nós temos que sair! Ora isto não é negociar, é impor, nós estamos a precisar dos nossos estabelecimentos, é evidente que, como tudo na vida, há colegas que não se importam de sair, mas com uma negociação justa, mas outras pessoas como eu, no meu caso, o meu posto de trabalho, o meu estabelecimento, que foram anos que eu tive e precisamos dos nossos postos de trabalhos para continuar com a nossa vida, com as nossas empresas, é muito complicado, portanto, e se pura e simplesmente mandam-nos sair, peguem nas coisas e vão-se embora, não é justo que nos façam isto!* -----

----- *Portanto, a Petição que trago realmente é de uma Petição sobre o comércio de proximidade e pela nossa sobrevivência, que é realmente o que está a acontecer. Pronto, muito obrigado pela atenção. Boa-tarde e muito obrigado”* -----

----- (A documentação entregue pelo múncipe foi anexada a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado, vamos tomar boa nota daquilo que é esta Petição e também como já referi também tive a oportunidade de transmitir à Câmara aquilo que foi o conteúdo da nossa conversa e naturalmente que a Petição será aferida pelos Serviços e dará entrada e será encaminhada para a Comissão respetiva. Muito obrigado.” -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **VOTO N.º 032/01 – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ALTINO DO TOJAL”** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Esgotado o período de intervenção do público, vamos passar à leitura de um Voto de Pesar que é o Voto de Pesar n.º 32/01 apresentado pelo Partido Comunista Português, pelo falecimento de Altino do Tojal, e a Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho vai proceder à leitura do voto.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Faleceu no passado dia 15 de Julho, em Brunhais, no concelho da Póvoa de Lanhoso, a poucos dias de completar 79 anos, o escritor Altino do Tojal.-----

----- Altino do Tojal nasceu a 26 de Julho de 1939, tendo-se tornado conhecido com a publicação do livro de contos "Os Putos", um dos maiores êxitos de vendas das últimas décadas em Portugal.-----

----- Influenciado pelo realismo fantástico, Altino do Tojal foi muito marcado por uma tia que era professora primária e pelo avô que lhe criou a paixão pela arqueologia. Depois de ter viajado de forma aventureira pelo estrangeiro, regressou a Portugal e trabalhou na Biblioteca Pública de Braga.-----

----- Foi redactor de jornais como "O Século", onde trabalhou até ao encerramento do mesmo, trabalhou no "Jornal de Notícias" e no "Comércio do Porto", onde trabalhou 17 anos.-----

----- Estreou-se em 1964 com a publicação de "Sardinhas e Lua", reeditado em 1973 numa versão aumentada e com o título "Os Putos", que atingiu as 30 edições. Este livro, entretanto aumentado com novos contos, foi levado aos palcos, teve edição em BD e transformou-se numa mini-série da RTP.-----

----- Óscar Lopes referiu-se-lhe dizendo que o livro incluía "alguns dos melhores contos contemporâneos da infância e adolescência".-----

----- Foi ainda autor de livros como "O Oráculo de Jamais", "Ruínas de Gente", "Bodas de Cem Mil Bárbaros" e "Histórias de Macau".-----

----- Sobre "Os Putos", um projecto que Altino do Tojal manteve em curso, durante anos, com histórias de crianças de rua, o escritor Urbano Tavares Rodrigues definiu como "crianças sós, iludidas, deserdadas", vítimas da "máquina trituradora dos adultos acomodados à brutalidade, à estupidez pomposa, à intriga reles, ao senhor rei hábito".-----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 19 de Julho de 2018, delibere demonstrar o seu profundo pesar pelo falecimento do escritor Altino do Tojal, guardando um minuto de silêncio em sua homenagem e transmitindo este voto à sua família.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado, vamos então votar o Voto n.º 032/01 pelo falecimento de Altino Tojal, apresentado pelo Partido Comunista Português”.-----

----- O **Voto n.º 032/01** foi **aprovado por unanimidade** com a seguinte votação: não há abstenções, não há votos contra, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 6 IND. -----

----- Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário e Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.) -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo falecimento de Altino do Tojal.)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **DECLARAÇÕES POLÍTICAS (COM MOCÇÕES E RECOMENDAÇÕES), DE ACORDO COM A CONVOCATÓRIA DA 15.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIAS, TENDO SIDO APRESENTADAS 6 MOCÇÕES E 6 RECOMENDAÇÕES, AO ABRIGO DO ARTIGO 40.ª DO REGIMENTO;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos dar início às Declarações Políticas, e para vos dar nota, para vos recordar que nos termos ainda do Regimento que estava em vigor, teremos cada partido político tem uma primeira intervenção de 8 minutos, durante esses 8 minutos pode fazer a apresentação de documentos que tenha entregue, ou pode fazer uma Declaração Política mesmo que não tenha entregue documentos.-----

----- Segue-se um período de perguntas ou intervenções sobre a declaração política por parte dos outros partidos, que têm quinze minutos que vão gerindo nas diferentes declarações políticas para fazerem essas intervenções e perguntas. Se a Declaração Política for objeto de intervenções ou perguntas, o partido que fez a Declaração Política tem mais quatro minutos para responder, para dar esclarecimentos, para encerrar o debate da intervenção política. Se não for sujeita a nenhuma intervenção ou a nenhuma pergunta, a Declaração Política encerra ao fim dos oito minutos. -----

----- E portanto recordado o modelo que estamos a funcionar, vamos chamar a primeira força política inscrita, que penso que é o Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Eu vou informar quais são as pessoas inscritas, porque eu recebi alguns *e-mails* até ao meio-dia não sei se recebi depois alguns, que não voltei a ver. -----

----- Tem o Senhor Deputado José Leitão do Partido Socialista, o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP, o Senhor Deputado Luís Newton do PSD, a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV, a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves dos Independentes, a Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN, a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco Esquerda, o Senhor Deputado Miguel Graça do Independente, o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN, o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT e o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos do CDS.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado José Leitão, foi bem lido por parte da Senhora Segunda Secretária, nós temos aqui duas inscrições de Deputados

Municipais que exercem o Mandato como Independentes em momentos diferenciados, quando as Declarações Políticas costumam ser por Grupo, e só costumam dos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes, só costuma haver uma inscrição. E portanto para não perdermos mais tempo, não vamos fazer aqui incidentes, conversem os dois. -----

----- Depois conversamos e resolvemos o assunto rapidamente, que é para não iniciarmos aqui uma sequência de interpelações à Mesa, a resolver assuntos que podemos resolver de outra maneira, sem estar atrasar o início dos nossos Trabalhos, e portanto vamos dar a palavra ao Deputado José Leitão para iniciar a Declaração Política do Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte **Declaração Política**: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs.-----

----- Não tendo decorrido ainda um ano sobre o início do exercício do mandato, temos motivos de satisfação pela forma como estão a ser prosseguidos os objetivos inscritos no programa que serviu de base à nossa eleição.-----

----- Não sendo este o momento de fazer um balanço do Estado da Cidade, resolvemos dar prioridade a dois aspetos, que consideramos estruturantes para o futuro da Cidade, referimo-nos a Lisboa Capital Verde Europeia 2020 e ao começo de resposta à necessidade de assegurar o direito à habitação na Cidade, às pessoas e às famílias com menores rendimentos. -----

----- Não ignoramos, e é para nós motivo de satisfação, que Lisboa tenha sido eleita como a Melhor Cidade Destino da Europa, mas o que queremos aqui hoje celebrar é a Lisboa Capital Verde Europeia 2020. Esta escolha é o coroar de um trabalho desenvolvido por muita gente nos últimos mandatos municipais, com o empenho pessoal dos presidentes António Costa e Fernando Medina, mas é justo referir que teve sempre no vereador Sá Fernandes um batalhador incansável, fiel à inspiração daquele que Eduardo Lourenço designou como “o jardineiro de Deus, Gonçalo Ribeiro Telles”. -----

----- O que começou por ser uma iniciativa limitada à estrutura verde da Cidade, recorde-me, como foi difícil no início impor uma Carta Verde da Cidade, é hoje uma marca transversal, do governo da Cidade, que mobiliza a intervenção de vários vereadores e que extravasa as competências do vereador responsável pelos pelouros do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia. -----

----- É por isso mesmo que ao abordar esta questão, estamos a abranger áreas decisivas para a melhoria da qualidade de vida dos que nela vivem, trabalham ou a visitam, que incluem, nomeadamente, a mobilidade, a gestão do espaço público e a higiene urbana. -----

----- Nestas matérias para além da implementação das políticas públicas necessárias que cabe ao Município, é indispensável mobilizar os cidadãos e as empresas, sensibilizando-os para o papel que lhes cabe na concretização de Lisboa Capital

Verde da Europa 2020. Apresentámos por isso uma proposta de recomendação sobre a participação cidadã.-----

----- Há que continuar a alargar a área verde, atualmente de 200 hectares para mais 200 hectares, o que permitirá maior biodiversidade, menos ruído e melhor qualidade do ar, melhor urbanização. Paralelamente pretende-se promover a poupança da água, recorrendo à utilização da água tratadas nas ETARS, para a rega e lavagem dos jardins e das ruas. Há que prosseguir a pedonalização de amplas zonas da Cidade, prosseguir os esforços em matéria de eficiência energética e de boa gestão da água. ----

----- Pretende-se que os grandes parques venham a ter bacias de retenção de água, o que ajudará a controlar as cheias e a diminuir as temperaturas, que tenderão a subir em virtude das alterações climáticas. -----

----- A aposta no transporte público é uma componente essencial do futuro que pretendemos, porque o transporte público é por si só mais amigo do ambiente do que a multiplicação do transporte privado, é condição, nomeadamente, para a reintrodução de elétricos, o que já começou com o Elétrico 24, permite diminuir o recurso às energias fósseis, que desejamos venham a ser substituídas cada vez mais por energias renováveis, com destaque para a energia solar. Segundo foi anunciado pelo Município pretende-se com a renovação da frota da Carris que entre os 200 novos autocarros até 2020, 20 venham a usar energia solar e a maioria dos restantes sejam movidos a gás natural, sendo algumas das carreias de autocarros substituídas por elétricos. -----

----- Na área da mobilidade aos 90 km de ciclovias acrescerão os 60 ainda em projeto ou construção, não esquecendo o projeto *Giras*, que já tem dez mil passes mensais vendidos e a mobilidade partilhada: bicicletas, motos e veículos elétricos. -----

----- Uma Lisboa Capital Europeia Verde 2020, exige também intervenções noutras áreas, dentro dos prazos fixados. Consideramos muito importante assegurar que os copos de plástico sejam banidos até 2020, o que exige o contacto com os comerciantes e as marcas de bebidas, que a autarquia está a promover. -----

----- O objetivo, é atingir em 2050 uma cidade descarbonizada, ou seja que terá reduzido ou suprimido as fontes de energia emissoras de dióxido de carbono e de outros gases com efeito de estufa. -----

----- Se há dimensões de urbanismo e de gestão do espaço público que não podem ser ignoradas no que se refere a Lisboa Capital Verde Europeia 2020, como o projeto *Uma Praça em Cada Bairro*, há um contributo que está a ser dado e a ser reforçado, em matéria de higiene urbana, que considero essencial. -----

----- Estão em curso um conjunto de medidas em matéria de higiene urbana que tornarão mais eficaz o tratamento dos resíduos sólidos. -----

----- Refira-se que Lisboa envia para aterro, apenas 1% dos seus resíduos, o que a coloca ao lado das melhores cidades europeias nesta matéria. -----

----- Lisboa tem estado a instalar uma rede de suporte com contentores enterrados. O Plano Municipal de Gestão de Resíduos previa uma rede de 100 localizações em 2020 e conta neste momento com 130 locais já instalados. -----

----- Recentemente a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizou 10 carrinhas de carga totalmente elétricas para o serviço de limpeza urbana de freguesias com maior pressão turística. -----

----- Lisboa tem sido, aliás, uma entidade pública charneira na utilização de viaturas elétricas. A Câmara Municipal de Lisboa terá, em breve, a sua frota de ligeiros totalmente elétrica e híbrida. -----

----- Outra área que é de grande sensibilidade social, é a que se refere à necessidade de assegurar o direito à habitação na Cidade, às pessoas e às famílias com menores rendimentos, incluindo da classe média. -----

----- Sabemos que o efeito conjugado da lei das rendas, com a falta de medidas para regular o alojamento local, (só agora tomadas pela Assembleia da República), e pressão turística, levou ao despejo e ao desespero milhares de famílias, que foram obrigadas a abandonar as casas onde viviam há décadas. Nos últimos 5 anos cerca de 6.000 pessoas saíram do centro histórico... -----

----- O estudo encomendado pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, Misericórdia e São Vicente, ” Novas Dinâmicas Urbanas no Centro Histórico de Lisboa” foi um grito de alarme nunca mais silenciado de que estava a ser posto em causa o direito à habitação dos mais vulneráveis, incluindo idosos e deficientes. No que se refere a estes cidadãos a recente moratória dos despejos, foi muito importante, mas, infelizmente, para muitos já chegou tarde demais. -----

----- É por isso muito significativo o facto de terem sido entregues na passada terça-feira as primeiras 52 chaves a moradores no quadro do Programa “Habitar o Centro Histórico”, através do qual a Câmara Municipal de Lisboa disponibiliza 100 habitações municipais aos moradores dos bairros históricos, em risco de ficar sem contratos de arrendamento. -----

----- Graças a este programa pessoas que tinham sido despejadas voltaram a ter o direito de continuar a viver em Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa está empenhada, através de diversos programas em assegurar que as pessoas possam continuar a viver em Lisboa a preços acessíveis, para além das que já habitam os bairros municipais. -----

----- Um desses programas é Programa Renda Acessível, que tem uma componente de promoção direta pela Câmara. -----

----- Para concretizar o mais rapidamente possível a entrega das primeiras casas, o Presidente Fernando Medina, celebrou um protocolo como o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, que permitirá que 11 edifícios da Segurança Social atualmente destinados a escritórios, sejam destinados a fins habitacionais pela Câmara Municipal de Lisboa., mediante a celebração de um contrato de arrendamento com o município, com possibilidade de aquisição ao fim de cinco anos. -----

----- São 250 casas em zonas centrais da cidade destinadas ao Programa de Renda Acessível e 226 quartos para estudantes. A Cidade com um investimento, que rondará os 23 milhões de euros passará a contar com mais 250 casas para arrendar a custos controlados, entre os 100 e os 600 euros, para além dos 226 quartos para estudantes.

Como afirmou o Presidente Fernando Medina, “o direito à habitação é um direito básico, sem o qual não é possível uma família estruturar a sua vida”.-----

-----Temos a perfeita consciência que estas respostas, são apenas um começo e do muito que há para fazer.-----

----- O que é para já claro, é que onde a direita fomentou os despejos através de uma legislação socialmente irresponsável, a Câmara Municipal de Lisboa em ligação direta com as Juntas de Freguesia que mais perto se encontram dos dramas das pessoas, que as conhecem as pessoas pelos nomes, com esforço, mas também com determinação, procura construir soluções. -----

----- Continuaremos, de forma atenta e empenhada, a exercer as nossas funções no respeito do programa pelo qual fomos eleitos. Uma última palavra de solidariedade é devida a todos os que nos têm permitido concretizá-lo e, que com os quais, estabelecemos parcerias, de geometria variável, nesta Assembleia. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Registamos uma inscrição, uma intervenção/ perguntas do Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda. Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, por favor.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício muito obrigado.-----

----- Senhores e Senhoras Deputados. -----

----- Senhor Deputado José Leitão.-----

----- Registamos com particular interesse a intervenção que acaba de ter. Mas registamos duas preocupações. Em matéria ambiental e em matéria de habitação há a necessidade de rever os instrumentos jurídicos do ordenamento do território em Lisboa, isto é os planos para acolher aquilo que o Senhor Deputado saudou, e muito bem, que é a nossa colaboração, mas para acolher os termos da nossa colaboração, e os 25% de habitação a custos controlados, ainda na terça-feira, na preteria terça-feira foi aprovado um plano, o primeiro julgo eu nesta vigência sem cumprir essa condição, e por outro lado para acolher também algumas preocupações de ordem ambiental.-----

----- Mas permita-me também Senhor Deputado, e a propósito do que aconteceu ontem na Assembleia da República, sobre a matéria de habitação, que registo com desagrado que um acordo que não dependia nem do Grupo Municipal do Bloco, nem do Grupo Municipal do PS, mas que uma cláusula do acordo estabelecido na Câmara entre PS e Bloco tenha sido incumprido pelo PS, na Assembleia da República. E eu refiro-me concretamente ao não acolhimento do fim dos limites de endividamento Municipal para investimento em habitação, que tanta falta ao Município de Lisboa faz neste momento em particular. -----

----- E portanto gostaria de saber, qual é a interpretação do Grupo Municipal do Partido Socialista, relativamente também a esta ocorrência de ontem, na Assembleia da República. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Microfone ao Senhor Deputado José Leitão, para responder”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, agradeço as suas questões.-----

----- Naturalmente que para além de ter saudado digamos os acordos existentes, porque não só com os Deputados naturalmente que exercem o Mandato como Independentes, mas naturalmente com o Bloco de Esquerda, embora o acordo aqui como o Senhor Deputado sabe foi celebrado a nível Municipal, e não desta Assembleia.-----

----- De qualquer forma efetivamente tem sido possível convergir em muitas matérias, e estou certo que continuará a ser possível e desenvolver essas convergências.-----

----- Sobre uma destas matérias eu tive o cuidado de dizer que realmente, saudava-o, mas que efetivamente era o início de resposta a algumas das preocupações aqui manifestadas, isso é nomeadamente válido em matéria de habitação, como aliás, todos temos a noção que é apenas uma parte daquilo que efetivamente estamos comprometidos, e que a Câmara está comprometida, e que estou certo irá executar, e que nós estamos empenhados em que seja executado.-----

----- Naturalmente que eu não sendo Deputado da Assembleia da República não segui com o pormenor, não acumulo as duas condições, não tenho essa situação, portanto não acompanhei com todo o pormenor realmente o debate. O que eu penso que é de sublinhar, mas o que eu retirei do debate foi uma grande convergência dos partidos de esquerda, já que se têm verificado nos últimos tempos na Assembleia da República, em matéria de habitação no essencial, fazerem a moratória dos despejos, no que diz respeito há existência de limites ao alojamento local.-----

----- Há independentemente das diferenças de opinião há digamos uma grande base de acordo, e de preocupação que contrasta aliás, com as posições dos partidos da direita, que efetivamente depois de terem criado e contribuído decisivamente para criarem uma situação de caos nesta matéria, continuam coerentemente a votarem contra a tudo aquilo que seja por em causa, e pôr termo a estas ameaças ao direito à habitação.-----

----- Eu, realmente, por outro lado também aproveito a sua questão para dizer aquilo também não tive oportunidade de dizer. Penso que realmente nesta matéria tem havido muitos protagonistas, é uma luta de todos nós, desde os cidadãos que aqui vêm pôr os seus problemas.-----

----- Saudei realmente o estudo que me pareceu justo de alguns Presidentes de Junta, sei que são preocupações partilhadas por todos, mas naturalmente tiveram o mérito de se chegarem à frente e de fazerem diligências, e de colocar a questão na agenda.-----

----- Eu penso que efetivamente, nestas matérias realmente aquilo em que estamos de acordo é muito maior do que aquilo que porventura possamos estar em divergência e é

importante prosseguir quer nestas frentes nomeadamente, quer na frente “Lisboa Capital Verde Europeia 2020”, quer em matéria de habitação, realmente digamos que avançar porque efetivamente aqui a diferencia fundamental não nos iludamos qual é e com quem é, nesta matéria, é com quem efetivamente esteve sempre contra, digamos o respeito pelo direito à habitação, ou apoiando Leis que efetivamente conduziram à situação atual. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Encerra-se assim a Declaração Política do Partido Socialista.-----

----- Dar-vos conta que entretanto no concerne aos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes, vão repartir o tempo da sua intervenção, e no que concerne ao PAN, que também tinham sido lidos os dois nomes, a situação é a substituição do Senhor Deputado Miguel Santos que vai usar da palavra no lugar da Senhora Deputada Inês Sousa Real, que se tinha inscrito por *e-mail* e que não pode estar presente aqui no início dos nossos Trabalhos e neste período. -----

----- Vamos passar à segunda Declaração Política que cabe ao Partido Comunista Português.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte **Declaração Política:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- O Regime Financeiro das Autarquias Locais é o instrumento fundamental para assegurar a autonomia e o financiamento do poder local democrático. Na evolução do Regime do Regimes de Finanças Locais há dois aspetos a sublinhar, o primeiro é que o Novo Regime de Finanças Locais resultou do incumprimento do que o antecedeu, com exceção de 1998, e o segundo é que as sucessivas alterações às Leis das Finanças Locais reduziram a participação das Autarquias nas receitas do Estado. -----

----- Penso que é matéria densa mais importante para os Municípios, e agradece a atenção e não as conversas, digamos, aceleradas que já se ouvem. -----

----- A Proposta de Lei que o Governo apresenta diverge bastante do modelo das Finanças Locais, desde logo por associar a Lei das Finanças Locais ao dito processo de descentralização, o que não augura nada de bom servindo somente o propósito de se procurar esconder subfinanciamento a que as Autarquias têm sido sujeitas. -----

----- Só entre 2007 e 2018 por incumprimento da Lei das Finanças Locais foram retirados às Autarquias cerca 3,5 mil milhões de euros. Na verdade a proposta do Governo, apesar de incorporar normas de sentido positivo que já constam do Orçamento do Estado, e a revogação do Fundo de Apoio Municipal no essencial não dá resposta aos principais problemas de financiamento das Autarquias, ao não pretender recuperar a capacidade financeira perdida, e ao dar força de Lei ao

incumprimento da Lei das Finanças Locais, assumindo que não é para ser cumprida nos próximos três anos. -----

----- Bom, eu estou a ver comentários, acenos, sorrisos, e acho que esta matéria é de facto importante, e nós já vimos isto em Conferência de Representantes, na última, é os Eleitos desta Assembleia prestarem atenção às intervenções que estão a ser feitas. --

----- É inaceitável que o Governo adie o cumprimento da Lei das Finanças Locais, designando o incumprimento de mecanismos de convergência para assegurar o “cumprimento da Lei das Finanças Locais”.-----

----- Na sua proposta refere como exceção ao cumprimento a existência de procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, ou procedimento de défices excessivos prevendo-se de seguida normas para prolongar estes efeitos, iniciando a aplicação da Lei não a aplicando, num contexto em que o país não se encontra em nenhuma destas situações. -----

----- Não há nenhuma justificação para o incumprimento a não ser por opção política do Governo.-----

----- Acresce a isto o facto de o Governo manter a participação dos Municípios nos impostos do Estado em 19,5%, ao mesmo tempo que reduz a sua base de incidência ao retirar verbas correspondentes à nova participação do IVA e ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. -----

----- Em relação às Freguesias propõe aumentar de 2% para 2,5%, o que só por si é insuficiente, mas ainda é agravado com o adiamento da sua integral aplicação. Introduce mecanismos que em vez de contribuírem para uma justa redistribuição territorial, agrava as assimetrias existentes como é a nova participação no IVA. Aprofunda um modelo de financiamento assente numa lógica de fiscalidade local e de competitividade territorial, que em nada contribuí para a coesão social e territorial.-----

----- Insere também normas que têm como objetivo transformar as Autarquias em instrumentos de execução das competências do Governo, contribuindo para a confusão instalada de quem tem competência do quê! -----

----- Há ainda outros aspetos negativos da proposta de Lei, como a consignação de receitas provenientes de preços, a possibilidade das comunidades intermunicipais procederem à cobrança de impostos, e do Governo proceder à cobrança de taxas e tarifas municipais, a persistência da preparação de reportes e informações à Administração Central, e a reposição de normas de acompanhamento e de controlo das despesas com pessoal em desrespeito pela autonomia local. -----

----- Assim, a proposta de Lei do Governo não passa de um remendo, quando o que a situação exige é um novo modelo de financiamento das Autarquias Locais. -----

----- As transferências de verbas para as Autarquias não são um encargo para o Estado, nem resultam da sua boa vontade, são antes um desígnio constitucional que incumbe ao Governo dar cumprimento, respeitando os princípios constitucionais. -----

----- É preciso romper com este caminho e ir ao encontro do princípio da justa repartição de recursos públicos, entre a Administração Central e as Autarquias, e o princípio da autonomia financeira administrativa e patrimonial. -----

----- A Lei das Finanças Locais deve responder a três objetivos: o reforço efetivo da capacidade financeira das Autarquias repondo o que foi perdido nos últimos anos, a garantia da estabilidade e aplicabilidade da Lei, definindo com clareza os montantes, fontes de receita, mecanismos de evolução e formas de distribuição e eliminando alterações conjunturais em cada Orçamento do Estado. Ser um instrumento de reforço de coesão, social e territorial, através da conjugação do cálculo dos montantes, e dos critérios de distribuição. -----

----- Face ao exposto propomos, que a Assembleia delibere: -----

----- Um, o reforço da capacidade financeira das Autarquias, através do aumento da sua participação nas receitas do Estado, no valor de 31,5 da média aritmética do IRC, do IRS, IVA para os Municípios, e 3,5 para as Freguesias. Atendendo ao atual nível de competências e pondo fim a iniquidade de participação variável no IRC, e as receitas consignadas como o Fundo Social Municipal, incluindo estas componentes na participação dos referidos impostos; -----

----- Dois, a introdução de critérios de distribuição mais justos que permitam assegurar uma função redistributiva contribuindo assim para a coesão social e territorial e o desenvolvimento da economia local; -----

----- Três, a definição de normas relativamente à relação entre a Administração Local e Central, assente em pressupostos de transparência na delimitação dos recursos ao dispor de cada um dos níveis de poder, para o exercício das suas competências próprias, não sendo permitidas comparticipações mútuas entre as partes; -----

----- Quatro, admitir em situações muito excecionais previstas na Lei do Enquadramento Orçamental a transferência de montantes inferiores ao previsto na Lei das Finanças Locais, com a obrigação do Governo repor nos três anos seguintes, como se de um empréstimo se trata-se, acompanhado de uma publicação em anexo ao Orçamento de Estado dos mapas com os montantes de transferências a concretizar, e os montantes das transferências de acordo com aplicação da Lei das Finanças Locais; -----

----- Cinco, a existência de mecanismos de recuperação financeira que sirvam para apoiar os Municípios e não para lhes criar dificuldades acrescidas nem maiores encargos para as populações; -----

----- Seis, corrigir da Lei um conjunto de reportes à Administração Central que ultrapassam em muito a tutela da legalidade configurando uma ingerência na autonomia local. -----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Penso que não temos inscrições para perguntas ou intervenções ao Senhor Deputado Modesto Navarro, e portanto damos assim por encerrada a intervenção do Partido Comunista Português. -----

----- Senhores e Senhoras Deputadas eu agradecia que se sentassem, nomeadamente aqui à minha frente, é que depois os Senhores Representantes vão para as reuniões de Conferência de Representantes fazerem apelos e referências a que os Senhores

Deputados não devem estar em pé, que os Senhores Assessores não devem estar aqui, que o Senhor Vereador não deve andar a deambular pela sala, mas depois o que acontece é que aquilo que referem na Conferência de Representantes, depois não praticam aqui, e portanto eu reitero aqui em público aquilo que vos disse em privado. Que é a começar por nós, pela Mesa até assumindo a impopularidade de estarmos sempre a chamar à atenção, mas que os Representantes e também o Representante da Câmara têm o dever de procurar ajudar e de contribuir para que os Trabalhos decorram num bom ambiente, em que nos possamos todos ouvir a nós próprios. -----

----- E portanto estas Reuniões aqui em pé, nas primeiras filas das bancadas há muitos espaços lá fora para que possam reunir, e por isso infelizmente, tenho que estar aqui a fazer em público aquilo que respondi em privado na Conferência de Representantes às justas interpelações de alguns Representantes sobre o ruído excessivo com que estas Sessões têm decorrido. -----

----- Vamos passar à terceira Declaração Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte **Declaração Política**: -----

----- “Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Hoje no âmbito das Declarações Políticas o PSD propõe uma reflexão extensa daquela que é a visão que podemos e devemos ter para a cidade de Lisboa. -----

----- As nossas intervenções passam necessariamente por uma reflexão que vai do rio ao aeroporto. Desde a compreensão daquilo que é a oportunidade de abrir o rio a novas oportunidades de negócio e de lazer, até àquilo que entendemos no âmbito das dificuldades das acessibilidades a nível da superfície, as dificuldades que se encontram e que não são dignas de uma cidade de primeira linha ao Aeroporto Humberto Delgado.-----

----- Tudo isto obviamente passando por aquela que é a maior e a mais importante realidade de hoje em dia, sobre a qual a cidade tem que necessariamente de debater, falamos obviamente de Entrecampos. -----

----- Aqui queremos também aproveitar para saudar a aprovação em Reunião de Câmara, de uma proposta que foi apresentada pelo PSD, e que versa exatamente sobre as preocupações que tanto aqui como lá, o PSD tem manifestado e que promove um conjunto de alterações significativas e importantes ao projeto, alterações estas que também já tínhamos tido oportunidade aqui e lá de referenciar como fundamentais. ----

----- Acontece que todo este processo de reflexão, acontece também num momento particularmente interessante da própria cidade. -----

----- No momento que sucedeu aquela que é a grande alteração da orgânica dos serviços que deveriam estar organizados para servir a cidade, e portanto também não podíamos deixar de referir no âmbito das nossas Declarações Políticas a preocupação que temos com esta alteração significativa ao modelo da sua organização,

nomeadamente no que ao urbanismo diz respeito, e à preocupação que temos sobre as alterações profundas que estão a ser geradas pelo novo modelo que se pretende aprovar de regulamento de funcionamento da SRU, e com isto retirar novamente, e reforço, numa situação sem paralelo a capacidade de fiscalizar aquilo que é o desempenho do Executivo, aquilo que é a fiscalização da Assembleia, em suma, aquilo que é a nossa capacidade de poder em determinado momento influenciar e avaliar as principais opções de alteração àquilo que se pretende que a cidade venha a ser constituída, e que imana obviamente da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E por isso e para terminar, dúvidas, reflexões, mas sobretudo preocupação e ansiedade, porque este caminho que vimos a trilhar, e que em muitas circunstâncias me leva aqui e acolá, a debater-nos com o “Mono do Rato”, possa representar a muito curto prazo uma realidade regular, do debate e do confronto contra sucessivos “monos” do Rato. -----

----- E senão o Rato não é a realidade atual, e graças a Deus e a este Regulamento que existia até hoje do funcionamento da nossa cidade, a verdade é que fruto desta nova coligação de meia esquerda que temos na cidade de Lisboa vamos inevitavelmente assistir a quatro anos de “monos” e muito provavelmente a mais quatro anos perdidos a juntar à década que já está perdida na cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos um orador inscrito para fazer uma pergunta de intervenção, é o Senhor Deputado, o Senhor Deputado Modesto Navarro também quer, então temos dois oradores inscritos, Senhor Deputado Manuel Lage do Partido Socialista e o Senhor Deputado Modesto Navarro do Partido Comunista Português. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton, eu não sei bem por onde é que hei de começar porque Vossas Excelências esta semana disparam em todas as direções e, portanto, nós ficamos um bocadinho sem saber por onde começar. -----

----- Mas, enfim, começaríamos talvez pela Recomendação. -----

----- Dar-vos as boas vindas, Vossas Excelências, ao fim de tantos anos, reconhecem a necessidade da existência do novo Aeroporto na cidade de Lisboa e, portanto, este PSD, este PSD da Assembleia Municipal, este PSD, esta Direção deste PSD Municipal da Assembleia, é a favor de neste mandato, ao contrário aquilo que já tínhamos visto aqui, ao contrário daqui já tinham visto na Câmara, ao contrário do que já tínhamos visto a nível nacional, estes agora, esta semana são a favor de um novo de um novo Aeroporto. -----

----- Aquilo que eu talvez gostaria de colocar em causa, ou perguntar era, porque querem acabar com o caos no acesso ao Aeroporto Humberto Delgado, pois muito bem, já algumas destas medidas já estão a ser tomadas e nós não que não pomos em causa que há, de facto, algumas medidas têm que ser tomadas, uma delas seria naturalmente, para o Partido Socialista e Vossas Excelências ao dizerem que, infelizmente, a capacidade do Aeroporto está esgotada, nós também da operação está esgotada, nós também já o achamos há muitos anos, mas verificamos que Vossas Excelências dizem que não há aqui nenhuma ação policial repressiva, ficamos na dúvida se Vossas Excelências têm alguma questão a colocar às forças de segurança policial do país? Pois o Partido Socialista confia plenamente nas forças policiais nacionais, portanto, manifestar a nossa confiança nas forças policiais! -----

----- E depois temos aqui uma dúvida também, dizem a páginas tantas, Vossas Excelências, que são frequentes conflitos verbais e físicos entre taxistas, clientes e os mais diversos utilizadores do espaço. Haverá aqui alguma tentativa de protecionismo da UBER talvez, alguma questão contra os taxistas, não sei qual é a posição do PSD relativamente a esta matéria. Talvez um esclarecimento fosse importante, Senhor Deputado, porque nós já manifestámos muito claramente a nossa posição quanto a esta matéria, mas parece-me haver aqui alguma confusão, esta semana, digo, e quanto a isto tudo na Bancada do PSD, esta semana, sobre esta matéria-----

----- Relativamente ao usufruto do Tejo pelos lisboetas, a Moção nº. 6, bem aqui também é dar-vos também as boas vindas, há aqui uma decisão difícil a tomar, dizem Vossas Excelências, que 19 quilómetros, não está ao alcance dos lisboetas, pois é uma decisão difícil! Vossas Excelências nunca a tomaram!-----

----- E é curioso que agora, na oposição, esta semana o PSD venha sugerir que, de facto, depois de quererem privatizar os transportes públicos da cidade de Lisboa, venham agora propor um novo meio de transporte público para a cidade de Lisboa, pois muito bem, privatizamos a Carris, privatizamos o Metro, privatizamos todos os transportes públicos, e agora o que é que fazemos? “Agora criem lá vocês, que estão no poder, criem então um novo transporte público”! Aliás, dão exemplos de outras capitais europeias, pois muito bem, não havia mais o que fazer e, portanto, aqui vem o PSD, o grande defensor dos transportes públicos na cidade de Lisboa, ora privatizados uma semana, ora noutra semana, propomos a criação de novos transportes públicos! ---

----- Pois muito bem, acho que vai ser muitíssimo bem, bem-vindos, teremos naturalmente em conta, e estamos naturalmente a favor desta vossa Recomendação, portanto, a grande questão seria, Senhores Deputados, esta vossa posição é definitiva? Ou para a semana teremos uma nova posição do PSD, voltando atrás no Aeroporto, voltando atrás na necessidade da construção, voltando atrás relativamente à questão da Mobilidade e da necessidade de criação de uma nova forma de mobilidade na cidade, ou vieram para ficar, vieram para estar do lado da defesa do transporte público na cidade de Lisboa e na defesa da mobilidade? Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Microfone agora ao Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, é um questionamento da matéria da Moção que o PSD apresenta, e dizemos que o problema reside nos considerandos, porque se trata de uma forma capciosa de apresentar uma proposta que visa, sobretudo, entregar o Tejo ao usufruto dos privados! -----

----- Devia sim, como o PCP já por diversas vezes afirmou, e reafirma, garantir que os transportes devem ser geridos através empresas públicas, sofrerem investimento necessário, ser incómodos, eficazes e a preços acessíveis, disso o PSD não fala! É evidente que são conhecidas as intenções de privatização do transporte fluvial no Tejo, como é igualmente conhecido caráter estratégico que este transporte assume na cidade, para o Governo anterior era mesmo um objetivo, a privatização, o transporte fluvial no Tejo ocupa o quarto lugar a nível mundial, em número de passageiros diários são 75 mil, o caminho que trouxe à degradação da frota da Soflusa e da Transtejo e os cortes na oferta do transporte público fluvial tem responsáveis políticos, não esquecemos o papel dos subscritores e do PSD desta moção, neste processo. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton para responder. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Graça está de braço no ar. Para que efeito Senhor Deputado? Muito bem, eu vou admitir, mas as inscrições têm que ser quando está o Senhor Deputado, até ao término da intervenção do Deputado que está a fazer a declaração política, mas a bem do debate, e fica a nota para as futuras Declarações Políticas, vamos dar o microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça, também para fazer uma interpelação ao Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, se preferir posso transformar a minha intervenção numa interpelação à Mesa, porque julgo que também tem enquadramento para isso, e que sem precisar usar da prerrogativa da condescendência de usar a palavra para este fim, que não é necessário. -----

----- É relativamente a um esta Moção, porque um não consegui perceber, eu julgo que é do PSD e do usufruto do Tejo pelos lisboetas e visitantes, é isso? Pronto. -----

----- A nossa questão e no formato de Interpelação à Mesa, perguntamos apenas onde está parte deliberativa desta Moção? Porque ao não existir parte deliberativa, pois este é o problema do, pronto. Nós não temos a última versão então, que nos permite que nos permite ter uma posição sobre esta Moção, pedíamos então a distribuição, porque não temos nenhum documento. -----

----- Na versão anterior não existe parte deliberativa e daí a razão da nossa pergunta. -
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra
continuou:-----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado pela intervenção. -----
----- Vamos dar o microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, para responder às três
intervenções que a sua declaração política suscitou, recordando ao Senhor Deputado
que tem quatro minutos para responder ao conjunto das intervenções e encerrar a sua
declaração política.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra
concluiu a sua Declaração Política: -----
----- “Senhor Presidente, muito obrigado.-----
----- Em primeiro lugar agradecer a intervenção do Senhor Deputado Miguel Lage e,
de facto concordar com ele, isto o PSD dispara em todas as direções, de tão mal que
está a cidade! E de tão mal que os senhores a têm deixava ao longo desta década
perdida!-----
----- Dizer-lhe também que é normal que não saiba por onde começar Senhor
Deputado, deixe-me que lhe diga que o Senhor há dez anos que não sabe por onde
começar, e isso reflete-se naquilo que é hoje em dia o estado da própria cidade, mas
há uma coisa que eu lhe quero garantir, Senhor Deputado, ouvindo a sua intervenção
com atenção, há uma coisa que eu lhe quero garantir, há uma coisa que não verá este
PSD propor, que são obras faraónicas, megalómanas e perfeitamente inúteis, com
investimento público, como é o caso depois de situações como o Aeroporto de Beja,
essas não verá o PSD propor!-----
----- E deixe-me dizer-lhe também que, ao contrário do que o Senhor procurou de
alguma forma transmitir, a nossa preocupação não é criar, a nossa preocupação resulta
do facto de que os Senhores estão no Governo há quatro anos e aquilo que se passa
atualmente no Aeroporto, resulta, e as situações de conflito e de pré- conflito,
resultam da sua, da vossa incapacidade de regulamentar e, portanto, não nos preocupa
A versus B, preocupa-nos é que nem A nem B saibam o que é que estão ali a fazer e
com que regras se podem gizar, isto Senhor Deputado é a tristeza de mais quatro anos
de Governo de Coligação de Frente Esquerda, perfeitamente anárquica, inconsequente
na gestão do espaço público.-----
----- E, por fim, deixe-me dizer-lhe também que nós não criamos transportes, Senhor
Deputado, e que isso fique muito claro, Senhor Deputado nós não criamos transportes,
nós propomos estratégias para a criação de soluções que visem a mobilidade e os
transportes na cidade, em qualquer outra parte do território, criar transportes e depois
levá-los à falência, como estão, neste momento a fazer com a CP, isso é algo que cabe
ao PS, não o PSD, virá o momento em que o PSD será novamente chamado para
salvar outra vez o país da desgraça!-----
----- Por fim, deixe-me dizer-lhe Senhor Deputado Modesto Navarro, aqui temos uma
divergência de fundo, Senhor Deputado, e há uma divergência que, no limite, origina
sempre respeito entre as diferentes, entre as nossas diferentes Bancadas, é que o

Senhor tem razão, nós temos uma visão do mundo completamente diferente. Os Senhores têm uma visão centralizada e não sei se o alertaram, foi experimentado, chamou-se União Soviética e deu no que deu, Senhor Deputado!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Encerra-se assim a intervenção política do Partido Social Democrata, e a próximo força política inscrita para as Declarações Políticas é o Partido Ecologista, Os Verdes.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Os Verdes têm trazido por diversas vezes a esta Assembleia a importância dos espaços verdes e das árvores da cidade, sob várias vertentes.-----

----- Hoje, nesta sessão de declarações políticas, trazemos a classificação de árvores na cidade, como forma de valorizar alguns exemplares que, por diversas razões, poderão receber esse estatuto. -----

----- A importância das árvores na cidade vai muito além do embelezamento da paisagem. Os seus diversos benefícios são amplamente reconhecidos e é nas árvores que se encontram algumas das respostas para muitas preocupações ambientais, que resultam da própria vivência e dinâmicas urbanas. -----

----- Há uma questão fundamental quando se trata de árvores que é a perspectiva pedagógica, no sentido de sensibilizar as pessoas e as entidades, públicas e privadas, para a sua preservação, principalmente as que têm estatuto de interesse público. -----

----- Uma coisa é certa, por muitas divergências que existam, que existem e é natural que assim seja, deve haver uma preocupação por parte de todos sobre estas matérias, porque é cada vez mais importante preservar as árvores existentes e valorizar e proteger o património verde da cidade. -----

----- As árvores poderão ser classificadas de acordo com os seus atributos como, por exemplo, a idade, o porte, o interesse histórico ou paisagístico, entre outras. Ao serem classificadas, é-lhes conferido um estatuto semelhante ao do património construído classificado.-----

----- Estas árvores têm um elevado valor patrimonial, valorizam de forma muito positiva os locais onde se encontram, e algumas têm uma ligação directa com a nossa história, com a nossa cultura e com a memória colectiva da população. -----

----- Em concreto, o que Os Verdes estão a propor hoje a esta Assembleia é que se recomende à Câmara que possa estudar a possibilidade de avaliar algumas espécies ou conjuntos arbóreos no sentido de se requerer a classificação de interesse público pelo ICNF. -----

----- Lisboa tem várias dezenas de árvores e conjuntos classificados, algumas até foram recentemente classificadas como é o caso das oito árvores no Campo Mártires da Pátria. Mas esta cidade tem o privilégio de possuir outros exemplares de grande beleza, valor e interesse que, não estando ainda classificados, poderão reunir os requisitos necessários para virem a sê-lo, tendo presente a importância de fomentar a classificação de árvores na cidade. -----

----- Na recomendação que apresentamos indicamos alguns exemplares que consideramos que poderão reunir esses requisitos com vista à sua classificação, algo que será depois devida e criteriosamente avaliado. Falamos dos jacarandás da Av. Dom Carlos I, das Tipuanas nas Avenidas Novas, de alguns exemplares na Quinta do Conde d'Arcos, entre outros. -----

----- Claro que não basta ter árvores classificadas. Também atendendo a essa preocupação, propomos a avaliação do estado actual das árvores classificadas e o envio dessa informação à Assembleia Municipal, para que possamos acompanhar esta matéria, em particular na 4ª Comissão. -----

----- Quer isto dizer que é preciso cuidar destas árvores e, para isso, retomando uma reivindicação de sempre de Os Verdes, é necessário ter mais trabalhadores especializados.-----

----- E aqui, parece-nos absolutamente insustentável que, tendo a Câmara uma enorme carência de jardineiros, decida abrir concurso para apenas oito vagas. -----

----- De facto, um dos principais problemas da manutenção das árvores, e dos espaços verdes em geral, é a falta de trabalhadores, uma vez que o número de jardineiros decresceu consideravelmente nos últimos anos, contando hoje a autarquia com apenas cerca de 100 jardineiros. -----

----- Recorde-se que o último concurso de admissão de jardineiros ocorreu em 2008 e acabou por ser anulado. Recorde-se também que a Escola de Jardinagem foi fundada devido à preocupação da CML em assegurar a formação e reciclagem de profissionais de jardinagem, preferencialmente de efectivos municipais. -----

----- Ao longo dos anos, esta escola tem vindo a leccionar diversos cursos e a formar pessoas, mas o Município não aproveita esta mão-de-obra especializada, ao não promover, de seguida, a integração destes jardineiros no seu Mapa de Pessoal. -----

----- O resultado é, como se sabe, e como Os Verdes têm vindo a contestar, a entrega da manutenção dos espaços verdes e do arvoredo a empresas privadas. -----

----- Regressando à classificação das árvores, consideramos também importante, e fazemos essa proposta, que a Câmara, em articulação com associações que desenvolvem a sua actividade em defesa do património arbóreo da cidade, como a Associação Lisboa Verde, a Plataforma em Defesa das Árvores ou o Movimento Fórum Cidadania Lisboa, deve procurar avaliar outros exemplares possíveis de virem a ser classificados pelo ICNF, fomentando, assim, a classificação de mais árvores. -----

----- Além disso, é fundamental envolver os cidadãos nesta causa porque, muitas vezes, a existência deste património com valor ecológico, paisagístico, cultural e histórico, é desconhecida da população. -----

----- A classificação é também uma forma de conferir maior protecção às árvores. Como sabemos, em vários projectos urbanísticos acabam por prevalecer outros interesses, sem que seja dada a devida importância às árvores. Temos até alguns exemplos em que houve abate de árvores, o que nos parece insustentável pois, como defendemos e até como chegou a ser aprovado nesta Assembleia por proposta de Os Verdes, os novos projectos devem respeitar e integrar o património arbóreo existente, não permitindo qualquer abate indiscriminado. -----

----- Esta proposta que hoje apresentamos será também uma forma de valorizar a cidade o que, sendo Lisboa a Capital Verde Europeia em 2020, nos parece fazer todo o sentido. A eventual classificação de mais árvores será, seguramente, bem acolhida por parte da população da cidade e das freguesias em que se inserem estes exemplares. -----

----- Para terminar, queremos ainda referir que é de uma forma positiva e construtiva que trazemos aqui este assunto. -----

----- Da parte de Os Verdes, daremos todos os contributos para que estas medidas sejam concretizadas, porque consideramos que a classificação é instrumento essencial para conhecer, salvaguardar e conservar elementos do património municipal de reconhecido valor, além de contribuir para a divulgação desse mesmo património, incentivando um maior envolvimento da sociedade nesta inventariação e protecção. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Não sei se temos inscrições, não registamos inscrições para interpelar a Senhora Deputada Cláudia Madeira e, portanto, vamos dar por encerrada a declaração política do Partido Ecologista, Os Verdes, e passar à próxima força política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Excelentíssimo Senhores Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----A inclusão é um dos princípios que os Deputados Municipais que subscrevem esta recomendação defendem como estruturante para uma cidade moderna e cosmopolita. -----

----- Este princípio deve estender-se durante toda a vida, até ao seu final e à morte.-----

----- Sabemos, que nos censos 2011, 14% da população do concelho de Lisboa declarou não ter qualquer religião, 5.7% declararam professar uma religião que não a católica, havendo ainda 12% escolhido não responder a esta questão. De acordo com estes dados, em 2011, os cidadãos não católicos em Lisboa constituíam, no mínimo, 20% da população.-----

----- Muitos de nós teremos já participado em despedidas de entes queridos e amigos celebradas em locais de culto religioso, normalmente católico, por falta de alternativa digna, ou em espaços improvisados, e pensado que seria mais justo e honesto despedirmo-nos num local com outras características, que seria bom que a morte e as suas cerimónias estivessem preparadas para todos os cidadãos. -----

----- Vimos hoje recomendar que a Câmara Municipal de Lisboa, também de acordo com a proposta N° 276 de 2015, “Criação De Um Tanatório Municipal Em Lisboa”, apresentada pelos Vereadores do PCP, que foi aprovada, edifique, ou reabilite, um espaço destinado a Tanatório Municipal permitindo, de forma flexível, que a cerimónia de despedida de quem em vida professou algum credo ou religião diferente da maioritária, ou nenhum em particular, possa ser feita de acordo com os desejos e princípios segundo os quais viveu, e também que este espaço tenha capacidade para a realização de cerimónias fúnebres simultâneas e seja enquadrado de preferência numa área verde municipal e desvinculado de qualquer espaço religioso. -----

----- “Para que o caminho nas águas em que navegaremos, nunca atravessadas antes, possa, conforme a vontade e convicção de quem parte, ser inspirado por Atena, com Apollo ao leme, feito nos braços de anjos, noutra companhia diferente ou apenas e só o percurso final”. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Agora o senhor Deputado Miguel Graça, para complementar a Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Caros senhores Vereadores, caros Colegas Deputados. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa apresentam nesta sessão das Declarações Políticas, uma moção pelo direito à habitação. -----

----- Como sabemos o direito à habitação está consagrado desde 1976, na Constituição da República Portuguesa, juntamente com outros direitos da maior importância, todavia, para a habitação nunca houve até hoje um quadro geral que desenvolvesse este preceito constitucional, houve é certo, e ao longo de várias décadas, programas e medidas específicas, regimes jurídicos dirigidos a aspetos parciais e importantes da política de habitação, mas aos quais sempre faltou o enquadramento global. -----

----- Existiram também políticas pioneiras, recorda-se em especial o Programa SAAL, da Lei de Solos, logo a seguir ao 25 de Abril, ou a prioridade à reabilitação dos centros históricos, que ocorreu nos anos 80. -----

----- Porém foi só em 2017 que foram lançados os trabalhos do plano estratégico da habitação, um documento que previa que o Estado apostasse na reabilitação, na dinamização do mercado de arrendamento e é no quadro, precisamente, deste plano estratégico de habitação que surge pela primeira vez, a figura dos programas locais de

habitação, um dos instrumentos essenciais das políticas públicas de habitação, que a Câmara Municipal de Lisboa veio a desenvolver alguns anos mais tarde. -----

----- Entretanto, também em 2007, foi entregue no Parlamento uma petição dinamizada à altura pela Plataforma Artigo 65, em que estes peticionários pediam à Assembleia, ao Parlamento, medidas legislativas e políticas urgentes para garantir o direito à habitação, sugerindo a possibilidade de se avançar para uma Lei de Bases da Habitação, a posição foi bem acolhida à altura, por vários grupos parlamentares, mas não deu lugar a nenhuma iniciativa legislativa. -----

----- O plano Estratégico de Habitação, que foi lançado em 2017, também foi amplamente debatido na altura, mas não chegou a ver a luz do dia, porque nunca chegou a ser aprovado através da resolução do Conselho de Ministros.-----

----- A seguir a todas estas iniciativas e passada uma crise da austeridade em que as várias dotações orçamentais para as políticas públicas de habitação foram reduzindo, foram-se agravando, naturalmente, as condições de vida e os rendimentos de muitos agregados familiares, tornando este é um problema cada vez mais premente. -----

----- A liberalização do mercado de arrendamento, levado a cabo em 2012 com o novo regime de arrendamento urbano, criou uma pressão adicional sobre as famílias e, obviamente, extremou também as desigualdades no acesso à habitação junto das camadas mais vulneráveis. -----

----- O país chegou assim a uma situação paradoxal, em 1970 faltavam mais de 500 mil casas em Portugal e entre 1907 e 2011, o número de indivíduos cresceu 21,9 por cento, mas o número de famílias cresceu 62,4, mudou a natureza dos agregados familiares, o número de alojamentos passou de 2,7 milhões para 5 final, 9 milhões, 75 por cento de áreas urbanas e 35 em áreas rurais. -----

----- Virámos de uma situação em que havia poucas casas e muitas famílias para hoje em Portugal há mais casas do que famílias! No entanto, o problema da habitação está longe de estar resolvido, quadruplicou o número de fogos vagos, e o paradigma da forma de acesso à habitação também mudou, entre a casa arrendada e a casa própria, sempre foi um debate que ao longo destes anos surgiu, mas na realidade, as casas próprias não eram mais do que inquilinos da Banca que se foram criando ao longo dos anos, e que foram pagando empréstimos, e que no período de austeridade levaram à quebra de muitos rendimentos familiares.-----

----- O vigésimo primeiro Governo, que agora temos, criou e relançou uma visão global sobre estas políticas de habitação, com uma nova geração de políticas de habitação, que saudamos, mas, acima de tudo, gostaríamos de assinalar o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas da Cidade, que é coordenado pela Deputada Helena Roseta, que é também Presidente desta Assembleia Municipal de Lisboa, e que na qual está a ser apreciada uma proposta de Lei de Bases da Habitação que está em discussão pública assim como um vasto pacote legislativo sobre habitação, contabilizando 27 iniciativas de várias forças políticas, que procuram exatamente que se espera que estas iniciativas levem a uma alteração profunda no quadro legal do arrendamento urbano, na

estabilidade dos contratos, nos valores não especulativos do arrendamento e criação de mecanismos de promoção de valores acessíveis. -----

----- Estas medidas são, obviamente de destacar, mas também obviamente saudar a aprovação no Parlamento a promulgação pelo Presidente da República da Moratória que cria um regime extraordinário e transitório, para a proteção de pessoas idosas e que residam no mesmo local há mais de quinze anos, são medidas que julgamos que são, neste momento, transitórias necessitam de um maior enfoque, e julgamos que uma Lei de Bases da Habitação irá precisamente resolver muitas das questões que faltam e que estão neste momento para resolver. -----

----- Também gostaríamos de saudar a Câmara Municipal de Lisboa por acompanhar a também esta iniciativa e esta preocupação sobre as questões da habitação e particularmente sobre problemas prementes dos quais já muito aqui falámos, até sobre as questões do alojamento local ou da pressão sobre os nossos centros históricos, até porque ocorreu muito recentemente a entrega, no passado dia 17 de julho das primeiras 52 habitações, no âmbito do Programa Habitar o Centro Histórico lançado pelo Pelouro da Habitação da Câmara de Lisboa, destinado aos moradores dos bairros históricos, em risco de ficarem sem contratos de arrendamento, por estarem em situação de oposição à renovação de contrato ou despejo judicial, portanto, também gostaríamos de saudar por tudo isto e por todo este enquadramento, e toda atenção que está a ser chamada sobre este assunto. -----

---- Gostaria só de terminar, dizendo que os Deputados Municipais Independentes, Cidadãos Por Lisboa, gostariam de saudar a Assembleia da República pelos trabalhos em torno da discussão desta Lei de Bases da Habitação. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado, ainda vai ter direito a mais quatro minutos, para fazer o encerramento em tempo. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, que se inscreveu para interpelar os Deputados Municipais Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez o seguinte elogio:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, mas eu não vou interpelar o Senhor Deputado Municipal Miguel Graça e, digamos, aquela secção de subscritores, vou mesmo interpelar os Senhores Deputados Municipais apenas para vos felicitar por, em boa hora, e anunciar o nosso apoio à vossa proposta, por em boa hora terem proposto algo que faz falta à cidade de Lisboa, que é um espaço de laico para que as pessoas possam ter um momento de dignidade na chegada a hora de partida, sem terem de ser acolhidas em espaços onde porventura não estivessem sentido bem em vida, e esta é de facto uma realização urgente e premente em Lisboa, parabéns e já agora bem-hajam pela vossa iniciativa.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não obstante os dois oradores que se inscreveram da Declaração Política, ou um, ou os dois, podem usar da palavra nestes quatro minutos.-----

----- Portando, microfone aos Senhores Deputados Independentes, não sei se é a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, o Senhor Deputado Miguel Graça, ou ambos.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Aproveito também para agradecer o vosso apoio, eu acho que é fundamental em Lisboa, numa cidade moderna e inclusiva, nós termos um espaço que permita que todos os cidadãos se possam sentir bem na hora da partida, e os seus familiares também, e espero que esta nossa recomendação venha a ter o vosso apoio, obviamente obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “ Muito obrigado. O Senhor Miguel Graça quer usar da palavra? Não. -----

----- Está assim encerrada a Declaração Política dos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes e vamos passar à próxima força política, é o CDS, Partido Popular.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhoras e Senhor Vereador da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Permitam-me que me dirija a vós com particular júbilo, uma vez que no dia de hoje, celebram-se 44 anos do nascimento do CDS e que vos comprimento a todos com as mais cordiais saudações democráticas. -----

----- O CDS considera importante encontrar uma solução urbanística para a zona de Entrecampos, mas quer consignar nesta intervenção que, desde o início deste processo que quer na Câmara Municipal, quer em sede de Assembleia levantou sérias dúvidas relativamente à legalidade dos instrumentos de gestão urbanísticos, que foram utilizados para gizar este mesmo projeto. -----

----- E o CDS adiantou ainda que discordou desde o dia um, com o facto de os terrenos da Feira Popular apresentarem ao contrário da nossa proposta, 70% de ocupação para comércio e serviços, em detrimento da habitação, que é um flagelo que afeta, infelizmente, a nossa cidade.-----

----- Reforçamos ainda a necessidade de na análise da proposta do Projeto Integrado de Entrecampos serem atendidas as hastas públicas e as orientações estratégicas para este projeto específico, e mantemos em conclusão as sérias reservas sobre a sustentabilidade ambiental, mas, principalmente sobre a ausência de medidas de mobilidade efetiva que cubram este procedimento. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se temos alguma inscrição para interpelar o Senhor Deputado? Não temos inscrições e, portanto, é dada por finda a Declaração Política do CDS-PP com os parabéns ao Partido pelo aniversário. -----

----- Vamos passar à Declaração Política da força política seguinte.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Conforme foi comunicado às senhoras e Senhores Deputados o PAN iria utilizar meios audiovisuais na sua declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. ----

----- As alterações climáticas estão aí. Queremos acreditar que já ninguém tem dúvidas sobre isto!-----

----- As consequências dos atuais fenómenos climatéricos extremos fazem sentir-se por todo o mundo. No Reino Unido, por exemplo, a crescente onda de calor faz com que exista neste momento um racionamento da água de rega. Já para não falar dos incêndios que são muitas vezes resultados desta nova realidade climatérica. Senão, vejamos os mais de 60 incêndios que o clima quente e seco já provocou este verão nos países nórdicos. -----

----- Afinal, as alterações climáticas não são um argumento utilizado por uma série de fundamentalistas para imporem mudanças na nossa vida ou para nos aborrecerem com conferências e marchas enfadonhas. -----

----- As medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas passam, mesmo, por mudarmos todos os aspetos da nossa vida diária, da mobilidade aos padrões de consumo. E isso é um aborrecimento, que tem que ser suportado, mas é essencial para a vida futura do planeta! -----

----- Em 2015, foi criada pelo então Governo uma contribuição de 10 cêntimos sobre os sacos de plástico mais finos, precisamente porque é urgente mudar!-----

----- *São utilizados cerca de 1 milhão de sacos de plástico leves no mundo; por ano, circulam 100.000 milhões na Europa; Portugal é um dos países da Europa onde mais são utilizados e apenas por 1 vez; tudo isto para serem usados por apenas 25 minutos; a produção, transporte e tratamento destas grandes quantidades de sacos em circulação é responsável pelo consumo de muitos recursos, incluindo água e petróleo; no lixo misturam-se com o resto dos resíduos. Acabam por isso nos aterros ou no ambiente, onde podem permanecer mais de 300 anos; uma grande quantidade de sacos invade hoje os oceanos, onde são o 2.º resíduo mais encontrado à superfície do mar (depois dos cigarros); em terra e no mar asfixiam e são ingeridos pelos*

animais, reduzindo a biodiversidade e entrando na nossa cadeia alimentar. Palavras da Agência Portuguesa do Ambiente, não nossas!-----

----- Segundo dados divulgados pela Quercus, por ano em Portugal utilizam-se em média 721 milhões de garrafas de plástico, 259 milhões de copos de café, 1 milhar de milhões de palhinhas e 40 milhões de embalagens de *fast food*. Acresce que Portugal mantém os seus níveis de reciclagem idênticos à média europeia, ou seja, nos 30%, pelo que uma quantidade muito grande de plástico continua ainda a ser depositada em aterro ou incinerada.-----

----- No dia 13 de julho do corrente ano saiu em Diário da República a Resolução da Assembleia da República n.º 189/2018, que recomenda ao Governo o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para reduzir a produção de resíduos e promover a sua recolha seletiva.-----

----- O Grupo Municipal do PAN apresentou, há 5 meses neste plenário, a Recomendação “Por uma cidade livre de plástico e promotora da economia circular”. Pretendíamos diminuir o uso de garrafas não reutilizáveis e a criação de postos de abastecimento de garrafas reutilizáveis com água da torneira. Caso não se recordem, essa recomendação foi rejeitada!-----

----- Alguém nos consegue explicar porquê? As Senhoras e Senhores Deputados não gostam de água da torneira? Preferem beber em copos de plástico do que de vidro, por alguma razão em particular? Não sabem onde encher uma garrafa reutilizável?-----

----- Já agora, quem nesta Assembleia reutiliza sacos de plástico? Quem usa palhinhas de plástico só porque sim? Quem compra produtos alimentares embalados quando os pode comprar a granel?-----

----- Desafio-vos a contabilizar a quantidade de plástico que cada uma das pessoas nesta sala desperdiça por dia.-----

----- Mas não desistimos. Pelo contrário. Insistimos com o tema dos plásticos e da economia circular até que nos oiçam. Porque é um tema crucial para a vida no planeta Terra, onde habitamos nós e as nossas crianças.-----

----- Os plásticos descartáveis representam 50% de todo o lixo marinho. Este lixo tem repercussões não só ambientais mas também na nossa saúde: os plásticos degradam-se até formarem microplásticos, que por sua vez se disseminam, servindo de alimento aos peixes, peixes estes que acabam por entrar na cadeia alimentar humana.-----

----- Consumimos várias coisas, todos os dias. Consumimos água, energia elétrica, alimentos, combustível, roupas e outros bens. E podemos continuar a consumir desde que adotemos padrões de consumo, atitudes e comportamentos que evitem o desperdício.-----

----- É urgente alterar os nossos critérios de decisão na hora de adquirir, enquanto particulares e enquanto município: refletir sobre o que compramos, pensando onde e a quem, ter maior consciência da forma como utilizamos os produtos, como estão embalados, como e porquê os deixamos de utilizar e ainda como nos descartamos deles.-----

-----Todas e todos devem assumir a responsabilidade de consumirmos de modo sustentável para o bem comum. Quando falamos de todas e todos são mesmo todas e

todos: consumidores, empresas, decisoras e decisores políticos de todos os níveis (internacional, nacional e local), e organizações não-governamentais. -----

----- Reconhecemos ser um bom começo a notícia de que a autarquia pretende acabar com os copos de plástico até 2020. No entanto, ficámos com algumas dúvidas pois não nos parece o discurso do mesmo Executivo que recentemente autorizou a largada de balões de hélio nos Casamentos de Santo António. -----

----- Os balões de hélio, caso o Executivo não saiba, depois de largados chegam a terra, sabe Deus onde!?, praticamente intactos, ameaçando a fauna marinha e não só. É por isso que várias cidades no Reino Unido, Estados Unidos e Austrália limitam o uso e largada destes balões. Queremos acreditar que Lisboa seguirá o mesmo exemplo. -----

----- Também uma palavra para as aparentemente inofensivas palhinhas de plástico: estão entre os 10 primeiros produtos encontrados na limpeza de praias, causando a morte e o sofrimento a muitas criaturas marinhas, sendo que o seu tempo médio de uso é de poucos segundos ou minutos. -----

----- As políticas públicas, bem como a autarquia, tendo em conta o seu volume de aquisições de bens e serviços e a responsabilidade social que lhe está inerente, devem considerar por esta ordem de prioridades: reduzir, reutilizar e reciclar. Queremos acreditar que também já ouviram falar na política dos três “Rs”. -----

----- Por tudo isto, é urgente incentivar a mudança de padrões de consumo, reduzindo o consumo de plástico, visando a solidariedade intergeracional, e promovendo a utilização criteriosa dos recursos naturais. -----

----- Considerando que: -----

----- - Cada ano, pelo menos 8 milhões de toneladas de plástico chegam aos oceanos, o que equivale a deitar um camião de lixo na água a cada minuto. Se não mudarmos de comportamentos, prevê-se que irá aumentar para o equivalente a dois camiões de lixo por minuto em 2030 e para quatro por minuto em 2050; -----

----- - A crescente utilização de plásticos em artigos descartáveis gera volumes importantes de desperdício, sendo a sua reciclagem muito dificultada uma vez que são maioritariamente utilizados fora de casa; -----

----- - A estimativa da produção mundial de plásticos em 2014 foi de 311 milhões de toneladas, cujo valor duplicará nos próximos 20 anos, não esquecendo que em 2050 os oceanos terão mais plásticos do que de peixe; -----

----- Por tudo isto, o Grupo Municipal do PAN apresenta esta recomendação que tem por objetivo uma redução na utilização de plásticos. A saber: -----

----- 1. Diminuição dos resíduos produzidos, através da criação de uma norma que incentive a substituição dos utensílios de refeição descartáveis e embalagens de serviço de plástico de utilização única por utensílios e embalagens reutilizáveis ecológicas (laváveis e duradouras) nos serviços da autarquia, nos órgãos representativos das autarquias, nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda no âmbito de serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, regatas, festivais, mercados, festas populares).-----

----- 2. A não utilização de água engarrafada em qualquer evento da autarquia ou apoiado por esta, como reuniões, palestras e congressos;-----

----- 3. O desenvolvimento de uma campanha intensiva para promoção do consumo da água da torneira, em detrimento do uso de água engarrafada; -----

----- 4. O desenvolvimento de campanhas de sensibilização relativas: -----

----- a) Ao uso dos balões de hélio, visando restringir a sua utilização em eventos realizados no domínio público; -----

----- b) À utilização de palhinhas de plástico de uso único, incentivando o uso de alternativas (reutilizáveis, biodegradáveis, de papel/metal/ bambu).-----

----- Os plásticos levantam ainda outras questões, pois se os cientistas encontraram microplásticos nos alimentos de origem marinha, estaremos muito provavelmente a ingeri-los. Os plásticos contêm diversas substâncias químicas, muitas delas consideradas desreguladores endócrinos. Ou seja, os plásticos com que poluímos o planeta, como balões e palhinhas e sacos e embalagens e talheres, entram mais tarde na nossa cadeia alimentar e ingerimos substâncias que interferem no normal funcionamento das hormonas. Isto pode provocar cancro, mal-formações congénitas, e outras doenças graves, sobretudo quando a exposição a esses disruptores acontece durante a formação do feto. -----

----- Por isso, apresentamos ainda uma moção, na qual pedimos a esta Assembleia que aprove um apelo ao Governo e à Assembleia da República para que sejam criadas políticas públicas e legislação no sentido de reduzir a presença de produtos que contenham disruptores endócrinos nos serviços públicos principais, tais como na manutenção de áreas verdes, produtos de limpeza, cantinas e refeitórios. -----

----- Em 2020, Lisboa vai ser a capital verde Europeia. Comportemo-nos de acordo com esta meta.” -----

----- (Os meios Audiovisuais utilizados pelo PAN, na Declaração Política, ficam arquivados nos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Também esgotou o seu tempo terá oportunidade de usar da palavra novamente, portanto, temos pedidos palavras para o interpelar e, portanto, terá quatro minutos em que poderá responder e concluir a sua Declaração Política. Temos pedido de palavra do Senhor Deputado Manuel Laje, do Partido Socialista, e da Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, obrigado Senhor Deputado Miguel Santos. --

----- Antes de mais anunciar-lhe que, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente a moção que o PAN apresenta aqui hoje, pela diminuição da exposição a disruptores endócrinos.-----

----- Mas Senhor Deputado, também dar-lhe nota de que talvez em tom de conselho ou de sugestão, de que o PAN também poderá fazer uso do seu Grupo Parlamentar

uma vez que é um Partido que tem representação parlamentar na Assembleia da República, porque, no fundo, aquilo que aqui nos pede é apelar ao Governo e à Assembleia da República que adotem e sejam criadas políticas públicas e legislação e, portanto, Senhor Deputado, o seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República pode ser o melhor sítio para começar, mas, naturalmente, o Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal vai ajudar e, portanto, votamos favoravelmente para que o Grupo Municipal do PAN tenha mais força, junto do Grupo Parlamentar do PAN na Assembleia da República, para adotar as medidas legislativas tendentes a esta matéria.

----- Por outro lado Senhor Deputado, relativamente à recomendação por uma redução de utilização de plásticos, dar-lhe nota que o Partido Socialista, na Declaração Política que aqui apresentou hoje na Assembleia, teve oportunidade de referir que até 2020 serão proibidos a utilização dos copos de plástico na cidade e, portanto, em tudo o que é municipal.-----

----- Também dar-lhe nota que o Partido Socialista no seu último Congresso Nacional aprovou uma moção para utilização de água da torneira e, portanto, foi aprovada por unanimidade no Congresso nacional do Partido Socialista, algo que nos orgulhamos, aliás, os copos de vidro aqui nesta Assembleia Municipal também são um sinal do compromisso da cidade de Lisboa.-----

----- E já agora Senhor Deputado, dar-lhe nota de que esta coisa das moções, eu vou falando muito da reciclagem, Senhor Deputado, e reparará que ao longo das minhas intervenções, dando nota de que votaremos favoravelmente, Senhor Deputado, o considerando 13, por falar em reciclagem daqui da Recomendação do PAN, se calhar, convinha reciclar também este considerando Senhor Deputado, é porque diz que não podemos ignorar que sem Lisboa novamente finalista na corrida ao título de Capital Europeia Verde 2020, Oh Senhor Deputado, nós já a ganhámos, portanto, convinha se calhar reciclar este considerando, uma vez que este já está desatualizado, deve ter sido utilizado noutra qualquer recomendação que o Senhor ouviu aqui aprovada, mas o PS vota a favor na mesma, Senhor Deputado.-----

----- Portanto, eram estas as considerações porque, naturalmente, o PAN não é, como, aliás, o Senhor Deputado António Prôa já teve oportunidade aqui de dizer, o PAN não é o primeiro defensor das pessoas, dos animais e da natureza, no espectro político nacional, os outros Partidos Políticos também defendem as pessoas, os animais e a natureza e o Partido Socialista votará favoravelmente os documentos aqui apresentados pelo PAN, naturalmente, porque se todos temos interesse na defesa daquilo que aqui foi hoje apresentado pelo PAN, contará com o nosso voto favorável Senhor Deputado. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Microfone à senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra colocou a seguinte questão:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, cumprimentar o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN e saudar também a moção à qual não se referiu, mas que votaremos favoravelmente esta recomendação, relativamente à diminuição da utilização de plásticos. -----

----- Dizer que não é uma pergunta, porque nós concordamos com a recomendação que é que é feita, mas, de facto, alertar que é preciso também, em todas as sedes, seja nas Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais, Câmara, Assembleia da República, Governo, de facto, tomar medidas muito mais efetivas para a diminuição da utilização de plásticos.-----

---- Sabemos que a algumas propostas tem sido chumbadas também na Assembleia da República, nomeadamente, sobre o tipo de embalagem que existe atualmente na maior parte dos produtos que nós compramos todos os dias, que têm uma quantidade de plástico e papel, ou uma ou as duas em conjunto, completamente absurda que não tem qualquer sentido e, de facto, a verdade é que nós estamos aqui a falar de um modelo de produção, acima de tudo falamos de um modelo de produção altamente intensivo, um modelo de produção capitalista que, de facto, faz com que se tenham sido supostamente criadas estas necessidades, portanto, as embalagens de plástico na verdade, elas não existem ou não existiriam, não fosse também o modelo de produção que temos atualmente no país e no mundo, que faz com que, neste momento, estejamos perante o cenário de praticamente irreversibilidade relativamente aos danos que já foram feitos, e que vão continuar a ser feitos ao meio ambiente sabendo que a até prova em contrário, não temos mais no planeta onde viver. -----

----- Portanto, apenas para dizer que também estamos empenhados em que se possam tomar todos os passos para que este tipo de comportamentos se alterem e dizer também que consideramos que, independentemente das escolhas individuais que as pessoas façam na sua própria vida, relativamente a que tipo de produtos é que consomem, que tipo de utilização fazem de plásticos ou não, independentemente das atitudes individuais que, obviamente, são sempre importantes, essas infelizmente, não vão alterar profundamente aquilo que estamos aqui a falar e que, portanto, é preciso que Municípios, Freguesias e Estados façam o seu papel de uma forma muito concreta e isso implica necessariamente fazer frente a interesses instalados, que são muito fortes e, aliás, temos vindo a verificar isso ao longo dos últimos anos com algumas propostas que são feitas e, para isso, são precisos todos, e lembro que também aqui Partido Socialista, PSD, CDS, PCP, PEV e PAN na Assembleia da República, nem sempre temos tido o mesmo sentido de votação, porque, de facto, há interesses particulares e há interesses económicos, muito grandes associados a estas matérias e, portanto, são precisos todos em todos os momentos, não é só apenas em alguns. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Microfone ao Senhor Deputado Miguel Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado, antes do mais quero-me congratular pelo apoio o Partido Socialista irá trazer a esta recomendação e esta moção. -----

----- Queremos imaginar que a questão de 2020 é uma questão que pode ser resolvida até mais cedo do que 2020, porque isto tem a ver com compras, podem-se comprar copos de plástico ou outro tipo de copos. Na Assembleia Municipal, felizmente, isto já foi resolvido, mas, por exemplo, relativamente às cervejeiras e a outro tipo de utilizadores de copos de plástico, eles também têm alternativas e quando são tomadas decisões, seja a nível governamental, seja a nível municipal para que se faça uma mudança de agulha, eles também sabem fazer uma mudança de agulha, portanto, aquilo que eu diria que não é necessário esperar por 2020.-----

----- De qualquer forma, é um caminho positivo e, por isso a congratulamo-nos com um com esse apoio. -----

----- Relativamente às questões que levantou de Assembleia da República e de moção e de apoios, é evidente que nós sabemos que existem matérias que são da exclusiva competência da Assembleia da República, mas há outras tem a ver com decisões municipais sobretudo ao nível das compras e a indicações que podem ser dadas aos operadores comerciais, e é nesse sentido que nós queremos que tudo aquilo que seja, dependente, ou esteja dependente do município possa, desde já ser decidido dessa forma e que será supletivamente decidido então na Assembleia da República. -----

----- Terminando, aquilo que estávamos na nossa intervenção, no fundo, a pretendemos que seja feita a diminuição de resíduos produzidos através da criação de uma norma que incentive, a substituição dos utensílios da refeição descartável embalagens, de serviço de plástico, de utilização única por utensílios e embalagens reutilizáveis e ecológicas, laváveis e duradouras nos serviços da Autarquia nos Órgãos representativos das Autarquias, nos serviços da Administração Autárquica, ou que se encontrem sob a sua gestão e ainda no âmbito dos serviços concessionados ou patrocinados pelos Órgãos Autárquicos, por exemplo, regatas, festivais, mercados, festas populares, a não utilização de água engarrafada em qualquer evento da Autarquia ou apoiada para esta, como reuniões, palestras e congressos. -----

----- O desenvolvimento de uma campanha intensiva para a promoção do consumo de água da torneira em detrimento de um uso de água engarrafada, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização relativas ao uso de balões de hélio, à utilização de palhinhas de plástico.-----

----- Os plásticos levantam ainda outras questões, pois se os cientistas encontraram microplásticos nos alimentos de origem marinha, estaremos muito provavelmente ingeri-los. Os plásticos contêm diversas substâncias químicas, muitas delas consideradas desreguladores endócrinos, ou seja, os plásticos com que poluímos o planeta, como balões e palhinhas e sacos e embalagens e talheres, entram mais tarde ou mais cedo na nossa cadeia alimentar e gerimos substâncias que interferem no normal funcionamento das hormonas. Isto pode provocar cancro, malformações

congénitas e outras doenças graves, sobretudo quando a exposição a estes desreguladores acontece durante a formação de um feto. Muito obrigado.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

---- “Muito obrigado Senhor Deputado, já esgotou o seu tempo, já ficou clara a Declaração Política do PAN, que fica assim esgotada e vamos passar ao próximo Partido inscrito, que é o Bloco de Esquerda.”-----

---- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

---- “ A Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

---- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

---- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras.-----

---- Nestas Declarações Políticas o grupo municipal do Bloco de Esquerda apresenta, nestas declarações políticas, dois temas que consideramos importantes e estruturantes para a cidade de Lisboa. Relativamente à moção apresentada e como é sabido, a proposta do Governo de descentralização de competências do Estado para os Municípios foi votada ontem na Assembleia da República, tendo sido aprovada, em mais um exercício de má memória de bloco central.-----

---- Desde o início da discussão desta proposta de lei que o Bloco de Esquerda tem tecido muitas críticas ao mesmo, porque de facto consideramos que ele não corresponde às necessidades que os Municípios neste país têm atualmente e ele enferma de um problema de fundo, de um problema de princípio que tem a ver com o facto de não se tratar, na verdade de um verdadeiro processo de descentralização ou sequer de regionalização, nem sequer chega lá perto, mas sim de municipalização de competências, e é uma coisa bem diferente daquilo que estamos a falar.-----

---- Portanto, há uma clara desresponsabilização do papel do Estado central em vários domínios e sobrecarrega os municípios de uma forma bastante incorreta. Por exemplo, ao nível da segurança social, não é aceitável que possamos estar perante a possibilidade de presidentes de junta ou de câmara a decidirem quem tem ou não acesso a determinadas prestações sociais. É um modelo de Poder Local que não se coaduna com modelos de prestações sociais universais e que cheguem efetivamente a quem precisa, porque implica aqui necessariamente uma espécie de criação de xerifes nas várias freguesias, sobre quem é que tem ou não acesso a prestações sociais, consideramos isto um erro.-----

---- Mas também na educação ou na saúde há uma desresponsabilização clara de serviços públicos que estão garantidos pela Constituição da República portuguesa e que são assegurados pelo Estado Central e eles estão construídos para serem assegurados pelo Estado e não necessariamente pelos Municípios e portanto, aqui com este problema político de visão, de como é que se olha para os serviços públicos, temos depois uma alteração profundamente da lógica de Serviços Públicos universal, e esta palavra universal é importante nesta matéria, porque aquilo que estamos a falar,

a possibilidade e a análise que o Bloco de Esquerda faz relativamente à proposta que foi votada é que de facto estamos perante a criação, aliás, o aprofundamento de desigualdades ainda mais acentuadas, do ponto de vista regional, que já hoje são um problema que merecia uma resposta, mas que com a proposta que foi discutida, apenas vai aprofundar essas mesmas desigualdades. -----

----- Depois, do ponto de vista mais prático, a proposta do governo faz na verdade os municípios (na educação, ação social, saúde, e outros) faz dos municípios meras agências de pagamentos e contratação de serviços e, portanto, destrói a lógica de serviço público que falávamos inicialmente. Quando o município vai ter que estar sobrecarregado com, e sabemos que a maior parte dos municípios do país não terão capacidade para responder à oferta pública necessária deste tipo de serviços, sabemos que de facto aquilo que vai acontecer é uma desresponsabilização, em primeiro lugar do estado para os municípios e depois dos municípios, como não terão essa capacidade, dos municípios para empresas privadas, portanto, esta lógica nunca foi partilhada com o Bloco de Esquerda. -----

----- Fizemos esse debate, a votação não foi aquilo que na verdade os nossos municípios precisavam. -----

----- O debate sobre uma verdadeira regionalização tem tido vários momentos ao longo das décadas no nosso país, mas estamos novamente perante uma precipitação que consideramos irresponsável, que já agora foi um debate e uma discussão que teve um caráter democrático muito abaixo daquilo que seria expectável, também considerando as consequências grandes que vai ter nas vidas do dia-a-dia das populações e que acreditamos que irá piorar aquilo que é considerado hoje um Poder Local democrático e acessível a todos e a todas. -----

----- Quanto à recomendação apresentada, também se prender com uma questão estruturante da cidade, tem a ver com entidades, edifícios de interesses histórico, cultural ou social local e considerando as consequências do novo regime de arrendamento urbano, sabemos que muitas destas entidades têm vindo a ser atacadas, têm vindo a ser despejadas, ou as rendas têm vindo a ser aumentadas de forma a que não consigam permanecer nos locais onde sempre estiveram, isto cria vários problemas de um ponto de vista social, as pessoas que dependem destes negócios ou destas entidades vêm as suas vidas completamente destruídas, de um momento para o outro, mas também do ponto de vista económico, o tecido económico e cultural típico da cidade vai-se corroendo e descaracteriza-se por completo o território e associada a esta descaracterização o despejo também das populações das suas habitações, de facto está a fazer com que algumas zonas da cidade, com uma especial força, estejam a ficar completamente desertas. -----

----- E sendo certo que Lisboa, também deste ponto de vista foi pioneira na aprovação de um Regulamento Municipal das Lojas com História, achamos que este Regulamento, obviamente poderá sempre ser revisitado ou melhorado, deve ser acompanhado, obviamente, por esta Assembleia Municipal, até considerando a existência da Lei 42/2017. -----

----- Achamos que a informação sobre a existência deste Regulamento precisa de ser mais amplamente divulgada e alargado o espectro de lojas e entidade protegidas, porque percebemos que há muitas entidades destas que não têm conhecimento da existência deste Regulamento, é importante fazer esta informação chegar a todas estas entidades, mas acima de tudo consideramos que é essencial iniciar o procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal, com vista à proteção e salvaguarda robusta já dos estabelecimentos já referidos, porque só assim é que de facto conseguiremos uma proteção mais efetiva destes estabelecimentos e destas entidades de interesse histórico e cultural ou social local. -----

----- Por último, dar uma informação à Mesa para quando se fizerem as votações, relativamente à Recomendação 32/02 do Bloco de Esquerda, dizer que temos duas correções, nos considerandos retira-se o considerando número 5, e na parte deliberativa é retirado o ponto 3, mas depois irei à Mesa para dar essa indicação. Obrigada” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Agradecemos essas indicações, dê-as à Senhora Secretária Patrocínia Vale César. -----

----- Nós não registamos pedidos de palavra para interpelar a Senhora Deputada Isabel Pires e, portanto, declaramos por encerrada a Declaração Política do Bloco de Esquerda.-----

----- Vamos passar à Força Política seguinte.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ O Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Secretária, Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Prezado público. -----

----- “Tem havido manipulação do número de profissionais de saúde contratados. Onde estão, quem são e o que fazem?”- questionava, no dia 1 de Junho de 2018, Filipe Froes - Pneumologista do Hospital Pulido Valente, rejeitando ser cúmplice e passivo na "destruição do SNS".-----

----- E é disso que vimos hoje, aqui falar: da destruição progressiva do SNS, e das suas consequências, já no presente, para os lisboetas. Recorrendo apenas ao sucedido no último mês, na Saúde, plasmado na Comunicação Social.-----

----- Porque, passivos, não seremos, perante este caos!-----

----- A 2 de Junho soubemos que, por via das cativações, acontecera o inimaginável: a Direcção Geral de Saúde - DGS reconheceu que alguns programas prioritários foram vítimas de restrições financeiras, "decorrentes das elevadas taxas de cativos" aplicadas em 2017 (cito). E ficámos a saber que, também na DGS, houveram "dificuldades na contratação de Recursos Humanos". -----

----- Entretanto o “Governo pagou 20 mil euros a Luís de Matos por uma série de vídeos promocionais”, propaganda ao Simplex+2018. Decerto o ilusionista justifica estes valores. Mas, terá sido ele que fez desaparecer os milhares de novos profissionais de saúde contratados, que ninguém consegue saber quem são, onde estão e o que fazem? E, com isso, fez também desaparecer alguma qualidade no SNS? -----

----- Durante a Convenção Nacional da Saúde, no dia 08 de Junho, o Senhor Ministro da saúde repetiu a já conhecida fórmula: “o acesso tem vindo a melhorar”. Fórmula contrariada por essa coisa muito chata, e onde vivemos, chamada Realidade. -----

----- Vejamos: -----

----- - Falta de acesso a medicamentos (07/06/2018): “Tribunal de Contas está a recusar vistos a hospitais, até para comprar fármacos”;-----

----- - Falta de acesso a cuidados (22/05/2018): “70 mil portugueses não têm acesso a cuidados paliativos”; -----

----- - Falta de acesso a diferenciação e formação (07/06/2018): “Maior escola de pneumologia" perde capacidade de formar médicos”. Escola essa localizada na *Nossa Lisboa*, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, que deixou também de ter vagas de imunoalergologia e otorrinolaringologia. -----

----- - Falta de acesso a regulamentação e fiscalização (09/06/2018): “Cativações de 761 mil euros "comprometem independência do regulador”. -----

----- No dia 19/06/2018, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, apresentou o seu relatório, muito crítico ao SNS.-----

----- Claro que, na mesma altura, a ACSS publica variadíssimos documentos, cheios de indicadores. Com o Senhor ministro a afirmar que, como Portugal viveu "4 a 5 anos de privação extrema e humilhante para a soberania nacional", é "insensato" julgar-se que em 2 anos era possível "repor os défices de investimento que se acumularam", temos a ACSS para nos encher de Esperança, com os seus indicadores. -

----- Porém, uma Esperança distante. Distante, como muitas Administrações, onde cada vez vemos mais ex-governantes, alguns “boys & girls”, nomeados para cargos onde compensam a falta de currículo, e muitas vezes de saber, com muita propaganda. Os administradores competentes, que os há, com a falta de verbas e de autonomia acabam por fazer muito pouco. -----

----- Distante, como o Ministério está cada vez mais da realidade e das necessidades da população. -----

----- À Realidade a resposta são promessas com o que “nunca foi feito” e ilusionismo. Como a foquinha robot, branquinha e fofinha, de tecnologia japonesa, que custa cinco mil euros e chegou ao SNS, ou a Senhora “Dolores Aveiro a ligar para a linha SNS24”. -----

----- No DN, de 25/06/2018, a ACSS, a propósito da saída de enfermeiros especialistas e diferenciados dos hospitais para os centros de saúde, brindou-nos de novo: “Não conseguimos dizer quantos enfermeiros nos centros de saúde vieram dos hospitais.” -----

----- Isto. Numa altura em que os serviços asfixiam com a falta de RH, com a passagem para o horário de 35H semanais, descobrimos que a ACSS – a tal dos

indicadores perfeitos - “não consegue” saber quantos profissionais diferenciados já saíram dos hospitais. -----

----- Seguido de uma outra pérola: “Há a necessidade de discutir de forma mais aprofundada, num esforço de planeamento de necessidades. Já o estamos a fazer para 2019, até para termos esse trabalho na altura da discussão do Orçamento do Estado” (citei). -----

----- Como é reconfortante saber que em meados de Outubro, com um trabalho, certamente nunca feito, identificaremos necessidades e teremos a alocação de recursos de acordo com rigorosos critérios. Bem investido anda o dinheiro dos contribuintes. ---

----- Por estes dias de caos, um estudo do BMJ, o British Medical Journal, demonstrou que há uma relação negativa entre a taxa de mortalidade e o facto de as pessoas serem acompanhadas, sempre, pelo mesmo médico. -----

----- Já se sabia que ter sempre o mesmo médico assistente leva as pessoas a serem mais propensas a seguirem as suas indicações, a ter as vacinas em dia, e a irem menos vezes aos serviços de urgência. -----

----- Ora o que esta evidência apareceu e nos veio dizer quando sabemos o défice de cobertura de médicos de família em Lisboa e Vale do Tejo. Sabemos que 75% de toda a população nacional sem médico de família vive na região de Saúde de LVT! Isto, caros colegas, meus senhores, corresponde a 15% da população residente na ARS de LVT. Ora, o que aquele estudo nos diz é que este défice terá, com elevada probabilidade, consequências na mortalidade dos lisboetas. -----

----- Julho acelerou o caos generalizado no SNS, com o regresso ao horário das 35H. Regresso previsto há muito. As notícias sucedem-se: -----

----- “Greve dos enfermeiros às horas extraordinárias leva a encerramento de serviços e de camas”, “Há hospitais que já ativaram plano de contingência”. -----

----- Perante este cenário de perda de valor, o ministério pega no Excel – outrora alvo das maiores cruzadas ideológicas - e utiliza outra fórmula habitual, as proporções expressas em percentagens, ao jeito de uma espécie de *Dormicum e Pazolam*. -----

----- Em mais de 50 hospitais e Unidade Locais de Saúde, em Portugal, até agora terão sido apenas identificadas 2 situações com problemas. O sistema está preparado, repete-se. E, aproveitou-se para esclarecer que até Maio tinham sido contratados 1600 profissionais, a pensar na passagem às 35H. -----

----- Ora, a 29 de Junho, quando questionado sobre este assunto, ao Senhor ministro não ocorreram estas 1600 contratações. Segundo a Lusa, “as contratações iriam decorrer numa primeira fase em Julho e numa segunda fase em Setembro”. -----

----- Fazendo um ponto se situação, quanto a anúncios de contratações, desde a tomada de posse em finais de 2015 e até ao início de 2018, foram 8500 contratações, mais 1600 em Maio, 2000 em Julho e novo contingente em Setembro.. Até ao final da legislatura serão 15000 a 20000 contratações, haja ou não gente disponível para contratar. -----

----- No dia 4 de Julho, questionado por o documento que avalia a deslocalização do Infarmed para o Porto ter sido primeiro divulgado na comunicação social, e só 1 semana depois enviado pelo Governo ao Parlamento, o Senhor Ministro na audiência

na Comissão Parlamentar de Saúde, indignou-se, dizendo aos deputados que mentiam, ao dizer que o Governo lançou o relatório para a comunicação social. -----

----- Ora, de acordo com a notícia, o coordenador do Relatório do Infarmed, Professor Henrique Luz Rodrigues, confirma que considera que faltou "transparência e equidade" no envio do relatório do grupo de trabalho, indicando que "o gabinete do ministro não enviou o documento aos deputados a tempo de se prepararem para a audição". -----

----- A agravar isto, no dia 17.07.2018, a presidente do Infarmed, Maria do Céu Machado, alertou que mais de 90% dos trabalhadores do Infarmed não se querem deslocar para o Porto, questão que não passa por ser uma "birra", mas sim por outras questões do foro financeiro e familiar. Assim, com a perda de trabalhadores, haverá perda de produtividade, tornando-se isso numa ameaça à saúde pública em Portugal. Ameaça à Saúde Pública, caros colegas. São estas as palavras utilizadas. -----

----- No dia 06.07.2018, soubemos que a Maternidade Alfredo da Costa, mais uma vez na Nossa Lisboa, teve de encerrar 3 salas de parto, por falta de pessoal para suprir a passagem às 35H. A Senhora Bastonária dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, revelou ainda que a MAC reduzira o número de enfermeiros por turno, "o que não dá segurança às pessoas", disse. -----

----- A MAC é um hospital de última linha, recebe grávidas de risco de todo o sul do país. A urgência médica da MAC, meus senhores, é garantida por 8 equipas, 39 médicos, dos quais 13 com mais de 50 anos, 7 com mais de 55 e 2 com mais de 65. Os médicos com mais de 50 anos têm o direito a pedir escusa de horário nocturno, e a partir dos 55 anos podem, legalmente, não prestar trabalho em urgência. -----

----- Se estes médicos exercessem os seus direitos, estaria em causa a qualidade e o funcionamento da urgência da MAC. Ou seja, a urgência da MAC só é assegurada à população graças à boa vontade dos profissionais da instituição. É apenas isto. -----

----- Como chegamos a esta situação...? -----

----- Em boa medida, pela não abertura de vagas, por parte do Ministério. Nos últimos meses, a MAC perdeu 8 especialistas e não foram abertas vagas para os 5 últimos recém-especialistas da instituição. Todos saíram para o sector privado. À pressa, veio o Ministério contratar, dia 13 de Julho, 3 médicos e abrir 2 vagas a concurso para este mês. Pouco, e sobretudo moroso. Moroso demais para quem precisa, os utentes. -----

----- No meio de tudo isto, os chefes de equipa do Hospital de S. José (enorme escola clínica, secular, de gerações de médicos ilustres), demitem-se em protesto contra a degradação da qualidade assistencial no SU, seguidos pelos chefes da equipa de urgência da Maternidade Alfredo da Costa (MAC), poucos dias depois. Mais um exemplo de não passividade, perante o caos. -----

----- Após 1 ano de tentativas de negociação entre os directores de Serviço de Urgência dos vários hospitais do CHLC e o Conselho de Administração, só restava esta posição. -----

----- Já não há forma de disfarçar a falta de condições de trabalho, com graves consequências para a qualidade da assistência prestada aos doentes. -----

----- No SNS sabemos que aquilo que recebemos decorre dos impostos que pagamos. Não fizessem, os profissionais de saúde, muito mais do que a sua obrigação e a situação seria apocalíptica. -----

----- A todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde cumpre o nosso profundo agradecimento, sobretudo nesta hora em que quem nos governa está totalmente desorientado, nesta área fulcral da Nação. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, acabou o seu tempo, aqui nas Declarações Políticas não há cedências de tempo, senhoras e Senhores Deputados e, portanto, acabou o tempo. -----

----- Penso que não temos inscrições na Mesa para interpelar o Senhor Deputado, e portanto, é encerrada a sua Declaração Política. -----

----- Penso que a Próxima é do PPM.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimas Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde. -----

----- O Partido Popular Monárquico vem por este meio solicitar à Câmara Municipal de Lisboa um esclarecimento, se o dito Museu do Terramoto é o único projeto que usa uma ideia cultural histórica e científica, com o mero intuito comercial e turístico ou isto é um precedente e uma pseudo-estratégia encapotada de uma mais-valia cultural, para servir de intuítos meramente económicos?-----

----- Vejamos. Começamos por chamar de Museu do Terremoto, mas como perceberam os promotores deste projeto, pela opinião pública e por vários especialistas da área da museologia e património, isto era uma forma abusiva na utilização desta terminologia e mudaram para um nome que, à semelhança do que é este projeto, é algo incompleto, de *earthquake* passou apenas para *quake*, que ninguém, nem o próprio promotor sabe explicar muito bem o que é! -----

----- Recordo que o Doutor Ricardo Clemente, em sede de Comissão chegou a dizer e passo a citar “os promotores atuais da *Tour Culture* não têm experiência num equipamento deste género”, fim de citação, pelos vistos nem deste género, nem de nenhum outro. -----

----- Recordo que o museu é na definição do *International Council Of Museums* ICOM, de 2001, uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e do seu retorno, em torno, para educação e deleite da sociedade, fim de citação. -----

----- Nada disto está previsto no plano pedagógico deste projeto, nada, relembramos que a APOM, a Associação Portuguesa de Museologia considerou recentemente, numa reunião com o Senhor Ministro da Cultura, que tem sido feita uma utilização abusiva do uso da denominação museu, que deve ser fiscalizada, nomeadamente, com a criação de uma Autoridade Nacional de Museus, aliás, esta questão está no centro do debate entre várias entidades ligadas ao setor, nomeadamente a Comissão portuguesa do Conselho Internacional de Museus, a Associação Profissional de Conservadores Restauradores de Portugal e a Direção-geral do Património Cultural. ---

----- Ora, a Câmara Municipal de Lisboa cede um terreno nobre da Cidade, concedendo o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, por cerca de 2 mil euros por mês, recorde, de 2 mil euros por mês durante 50 anos, para 600 metros quadrados da zona ribeirinha para um projeto qual não terá qualquer retorno. Fins comerciais desta entidade, que não tem, volto a lembrar como os próprios afirmaram, qualquer experiência ou conhecimento deste género de projetos. -----

----- Quero lembrar que o Partido Popular Monárquico apoia a iniciativa privada e não é contra o empreendedorismo, mas é contra processos pouco claros, utilizando abusivamente, uma marca cultural histórica e transformadora do espaço público e das mentalidades, para algo tratado como um pseudoparque de diversões, colocado ainda como apenas uma ideia, sem ser um projeto realmente elaborado e sólido, brincam com a história, quando podiam aproveitar a oportunidade para aprenderem um pouco mais com ela. -----

----- Como Declaração Política, o Partido Popular Monárquico quer deixar bem claro que não compactua com o uso abusivo da história, da ciência e da cidade com projetos feitos em cima dos joelhos! Esperamos, sinceramente, que seja caso único. -----

----- E por fim, vamos estar atentos para ver até que ponto sobre a prospeção arqueológica o respeito pelo passado vai ser mantido, ou não, porque só tem futuro e um bom futuro aquele que compreende o presente respeitando o passado, e o mínimo que devemos a quem os elegeram, que é o povo, é que sejamos os guardiães do património e da dignidade desse mesmo povo, e não vermos nele apenas meros votos ou cifrões” Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Não registamos nenhum pedido de palavra para interpelar a Senhora Deputada e, portanto, damos por encerrada a sua declaração Política e tendo já todas as forças políticas realizado as suas Declarações, vamos passar às votações dos documentos que foram apresentados neste ponto. -----

----- Por isso Senhoras e Senhores Deputados agradeço que tomassem os seus lugares na sala para procedermos às votações.-----

----- Vamos começar por votar as Moções e depois as Recomendações.” -----

----- **MOÇÃO Nº 032/01 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) “POR UMA LISBOA COM MELHORES CONDIÇÕES DE SAÚDE”;**-----

----- (A Moção nº. 032/01 fica anexada a esta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Moção nº. 032/01**, votos contra do PS, votos de abstenção 5 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 2 IND. **A Moção nº. 032/01 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Há uma declaração de voto, por escrito, de alguns dos senhores Deputados que exercem o mandato como Independentes.-----

----- A Moção nº. 032/01 foi aprovada, temos 33 votos contra, 5 abstenções e... -----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, quer vir cá para cima contar? Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage para interpelar a Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente, a questão é simples, é que falta um Deputado Municipal Independente, que não está presente e, portanto, o... Peço desculpa?”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Segundo a nossa contagem dá, Senhor Deputado, dá 34 a favor e 33 contra, mas se o Senhor Deputado contou de outra maneira, por isso é que lhe dei o microfone para interpelar a Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “A interpelação é simples, Senhor Presidente, é que há um Deputado Municipal Independente que não está presente e, portanto, o universo eleitoral passa de 75 a 74.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado tem toda a razão quanto ao quórum dos 74, mas sem explicar como é que os 33 superam os 34? Portanto, a Moção foi aprovada, mas de todo o modo Senhoras e Senhores Deputados também façam votos para que todas as outras Bancadas e todos os outros Deputados estejam tão atentos como o Senhor Deputado Manuel Lage, para tentarmos auxiliar, até porque era uma votação que não era simples, por isso eu próprio estava ali, eu não tenho aqui à frente a contagem, estava a contar de cabeça, mas os Serviços têm o descritivo de todos os Membros de cada Bancada e quem está presente e não está presente e por isso é que eu lhes peço o auxílio para estarem ali a fazerem a conta, portanto, são 33 contra 34 a favor. A Moção 032/01 foi aprovada. -----

----- Registámos há pouco as Declarações de Voto de Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes, escritas, que vão apresentar.” -----

----- (Os Deputados Municipais Independentes não entregaram a Declaração de Voto)-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Passamos agora para a votação da Moção 032/02 do PCP, sobre a Lei das Finanças Locais.” -----

----- **MOCÃO Nº 032/02 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) “LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”;** -----

----- (A Moção nº. 032/02 fica anexada a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Moção nº. 032/02**, votos contra do PS, votos de abstenção 7 IND, PSD, PAN, PPM e CDS-PP, votos a favor do BE, PCP, PEV e MPT. **A Moção nº. 032/02 foi rejeitada.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário) -----

----- **MOCÃO Nº 032/03 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) “PELA DIMINUIÇÃO DA EXPOSIÇÃO A DISRUPTORES ENDÓCRINOS”;** -----

----- (A Moção nº. 032/03 fica anexada a esta Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Moção nº. 032/03**, não tem votos contra, votos de abstenção do PSD, e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **A Moção nº. 032/03 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário) -----

----- **MOCÃO Nº 032/04 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) “RECUSA DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO, NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE”;** -----

----- (A Moção nº. 032/04 fica anexada a esta Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Moção nº. 032/04**, votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PPM, 1IND, votos de abstenção do PAN, MPT e 6 IND, votos a favor do PCP, BE e PEV. **A Moção nº. 032/04 foi rejeitada.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário) -----

----- **MOCÃO Nº 032/05 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL INDEPENDENTE) “PELO DIREITO À HABITAÇÃO”;** -----

----- (A Moção nº. 032/05 fica anexada a esta Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Moção nº. 032/05**, votos contra do PCP e PEV, votos de abstenção do PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT e PPM votos a favor do PS e 7 IND. **A Moção nº. 032/05 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Há uma Declaração de Voto do CDS-PP.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na moção acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *1- O CDS não nega o direito constitucional à habitação. As propostas em discussão na Assembleia da República vêm, em parte, tentar solucionar a exclusão do*

seguro de renda, na alteração ao Regime do Arrendamento Urbano em 2018 pelo Governo PSD/CDS e que, no fundo, se substancia na verificação, por parte do PS, do erro cometido e que veio a protelar a situação anterior à alteração legislativa;-----

----- 2- O CDS sempre se mostrou disponível para consensos no que respeita a medidas para garantir mais habitação em Lisboa, porém os proponentes da moção, agregados no Movimento Cidadãos por Lisboa, foram durante 10 anos responsáveis por esta área, 10 anos em que não foi apresentada uma única política pública de habitação para a nossa Cidade.-----

----- Lisboa, 19 de Julho de 2018, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Francisco Rodrigues dos Santos.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos então votar a Moção nº. 032/06.”-----

----- **MOCÃO Nº 032/06 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL PSD) “O USUFRUTO DO TEJO PELOS LISBOETAS E VISITANTES”;**-----

----- (A Moção nº. 032/06 fica anexada a esta Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Moção nº. 032/06**, votos contra do PCP, PEV e 1IND, votos de abstenção do BE, PAN, MPT, 3 IND votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PPM, 3IND. **A Moção nº. 032/06 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Registamos uma Declaração de Voto do Partido Comunista Português.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Para o Grupo Municipal do PCP votou contra esta moção porque entende que o problema reside nos considerandos. Trata-se de uma forma capciosa de apresentar uma proposta que visa sobretudo entregar o Tejo ao usufruto dos privados. Devia-se sim, como o Grupo Municipal do PCP já por diversas vezes afirmou, e reafirma, garantir que os transportes devem ser geridos através de empresas públicas, sofrerem investimento necessário, serem cómodos, eficazes e a preços acessíveis.-----

----- É evidente que são conhecidas as intenções de privatização do transporte fluvial no Tejo, como é igualmente conhecido o carácter estratégico que este transporte assume na cidade. O transporte fluvial no Tejo ocupa o 4º lugar, a nível mundial, em número de passageiros diários, 75 mil. O caminho que trouxe à degradação da frota da Soflusa e da Transtejo e os cortes da oferta do transporte publico fluvial tem responsáveis políticos, não esquecemos o papel dos subscritores desta moção neste processo.-----

----- O Representante do Grupo Municipal do PCP, - António Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar à votação das Recomendações. Senhor Deputado Miguel Graça?--

----- A Recomendação n.º 32/02 do Bloco de Esquerda, de acordo com o enunciado pela Senhora Deputada Isabel Pires, o considerando da página 2, com o 5.º. Considerando, foi retirado e na parte deliberativa das Recomendações o Ponto 3 também foi retirado e, portanto, vamos votar autonomizando o Ponto 6, conforme foi pedido, vamos votar os restantes Pontos deliberativos retirando o Ponto 3, ou seja, vamos passar à votação do Ponto 1, Ponto 2, Ponto 4 e do Ponto 5. -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 032/02 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL BE) (RETIFICADA) “PELO REFORÇO DA PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DOS ESTABELECIMENTOS, E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL, OU SOCIAL LOCAL”;**-----

----- (A Recomendação n.º. 032/02 fica anexada a esta Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- **Pontos 1, 2, 4 e 5 da Recomendação n.º. 032/02**, não tem votos contra, votos de abstenção do PSD, PCP e CDS-PP, votos a favor do PS, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **Os Pontos 1, 2, 4 e 5 da Recomendação n.º. 032/02 foram aprovados por maioria.** -----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º. 032/02 foi retirado pelo proponente.**-----

----- **Ponto 6 da Recomendação n.º. 032/02**, não tem votos contra, votos de abstenção do PSD, PCP, CDS-PP, MPT e 2 IND, votos a favor do PS, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 5 IND. **O Ponto 6 da Recomendação n.º. 032/02 foi aprovado por maioria.** -

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “A Recomendação n.º. 032/02 foi integralmente aprovada. -----

----- Declaração de Voto do CDS-PP e do Partido Comunista Português vai apresentar também uma Declaração de Voto escrita.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na moção acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *1- O CDS defende que o trabalho desenvolvido pelo associativismo local tem um impacto social e cultural na cidade de Lisboa que importa preservar, pelo que tem votado favoravelmente as propostas que têm como objecto garantir a continuidade desse trabalho, desde que tal não interfira em processos judiciais aos quais o Município não tem qualquer ligação;*-----

----- *2- Contudo, a recomendação do BE é demagógica no que concerne à possibilidade de exercício de preferência, tornando essa decisão casuística e geradora de situações de associações com mais direitos que outras, o que é de evitar.-*

----- *Lisboa, 19 de Julho de 2018, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Francisco Rodrigues dos Santos.”* -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “O Grupo Municipal do PCP absteve-se na Recomendação porque entende que sem a revogação de tão nefasta legislação como a “lei dos despejos”, não é possível empreender de forma consequente e com seriedade a resolução dos problemas, particularmente no domínio da habitação, mas também do arrendamento. No ponto 6 não se deve colocar que a Câmara Municipal de Lisboa exerça o direito de preferência em todas as situações, mas que não deixe de considerar essa opção se a mesma se justificar como de interesse municipal. -----

----- O Representante do Grupo Municipal do PCP- António Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar à Recomendação nº. 032/03, apresentada pelo PAN.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 032/03 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL PAN) “POR UMA REDUÇÃO NA UTILIZAÇÃO DE PLÁSTICOS”;** -----

----- (A Recomendação nº. 032/03 fica anexada a esta Ata, como **X** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Recomendação nº. 032/03**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7 IND. **A Recomendação nº. 032/03 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 032/04 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL PEV) “CLASSIFICAÇÃO DE ÁRVORES NA CIDADE DE LISBOA”;** -----

----- (A Recomendação nº. 032/04 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Recomendação nº. 032/04**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7 IND. **A Recomendação nº. 032/04 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 032/05 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL PS) “PARTICIPACÃO CIDADÃ NAS INICIATIVAS LISBOA CAPITAL VERDE EUROPEIA 2020”** -----

----- (A Recomendação nº. 032/05 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Recomendação nº. 032/05**, não tem votos contra, abstenções do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7 IND. **A Recomendação nº. 032/05 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 032/06 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL PSD) “ACABAR COM O CAOS NO ACESSO AO AEROPORTO HUMBERTO DELGADO”**-----

----- (A Recomendação nº. 032/05 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Recomendação nº. 032/06**, não tem votos contra, abstenções de 4 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 3 IND. **A Recomendação nº. 032/06 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 032/07 - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL IND) “PELA CONSTRUÇÃO DE UM TANATÓRIO MUNICIPAL”**

----- (A Recomendação nº. 032/07 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Recomendação nº. 032/07**, não tem votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, 7 IND. **A Recomendação nº. 032/07 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Independente da sala do Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Damos assim por findo o ponto referente às Declarações Políticas, e o Partido Comunista Português apresentará sobre o último ponto uma Declaração de Voto oral. -
----- Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, para um Declaração de Voto oral.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Nós falamos da aprovação desta proposta, desta Recomendação por unanimidade e queremos lembrar que já em 2015 foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal uma Proposta do PCP neste sentido, e que até agora não foi posta em prática. Muito obrigado.*”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado fica feita a Declaração de Voto oral. -----

----- Agora sim, encerramos definitivamente, o Ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos e vamos voltar ao alinhamento previamente definido, no Ponto1 e vamos dar início a esse ponto.”-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 420/CM/2018 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LISBOA DE UM ANTIGO TROÇO DA AZINHAGA DO FERRO, COM A ÁREA DE 1.310,00M² E O RECONHECIMENTO DO DOMÍNIO PÚBLICO NA SUPERFÍCIE DA AV. 5 DE OUTUBRO, NO TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AV. DAS FORÇAS ARMADAS E A AV. ÁLVARO PAIS E, BEM ASSIM, NOS TROCOS DAS RUAS DA CRUZ VERMELHA E CORDEIRO DE SOUSA, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO INTEGRADA DE ENTRECAMPOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; 2X GRELHA BASE - 68 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta nº. 420/CM/2018 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Portanto, vamos dar a palavra à Câmara para apresentar a Proposta.-----

----- Senhor Vereador, dada a relevância do tema, vamos dar a palavra à Câmara para apresentar a Proposta, tendo em atenção e agradecendo até o esforço e o consenso que sobre algumas destas propostas relacionadas com a Operação Integrada de Entrecampos foi possível concretizar, não só na Conferência de Representantes como no grupo de trabalho que tem acompanhado estas matérias, como também naquilo que foi o trabalho da Comissão e, portanto, como a apresentação sucinta o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, vou fazer um pouco de Vereador Manuel Salgado, vamos ver como é que eu me consigo sair.-----

-----Esta proposta que vos trazemos hoje, é uma proposta que está integrada na operação, ou que faz parte do processo da Operação Integrada de Entrecampos e que estabelece, como puderam apreciar no seu ponto 1, a proposta que é trazida à Assembleia, para a provar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno correspondente a um antigo troço da Azinhaga do Ferro, com a área de 1310 metros quadrados, que como estava representada nas plantas, como puderam verificar, ao qual se atribuiu, apenas para efeitos meramente fiscais, o valor de 6550 euros, e que resultou num valor simbólico de 5 euros por metro quadrado.-----

-----Esta desafetação é fundamental para aquilo que é um desenho da Operação Integrada e, portanto, depois os pormenores constam da proposta, como todos sabem, e é isso que estamos a submeter à apreciação nesta Assembleia. Muito obrigado, e estamos disponíveis para qualquer pergunta.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Também agradecer-lhe porque teve a oportunidade de também estar presente em sessões de esclarecimento na Assembleia Municipal, nas várias reuniões que temos tido, sobre as propostas em concreto, mas também a Operação Integrada de Entrecampos no seu todo.-----

----- Vamos dar a palavra à Deputada Irene Lopes, enquanto Presidente da 1ª Comissão para apresentar o Parecer, Senhora Deputada, aplica-se mesmo critério que aqui ao Senhor Vereador dada a relevância da matéria, as reuniões que temos tido e o trabalho, eu gostava que que a 1ª Comissão apresentasse, ainda que são motes sucinto, aquilo que é a apreciação desta Proposta.-----

----- Senhora Deputada Irene Lopes.-----

----- E agradecer também à Senhora Presidente e aos Membros da Comissão, que num tempo célere têm conduzido variadíssimas reuniões de trabalho e de audição sobre a matéria da Operação Integrada de Entrecampos, que naturalmente merece essa relevância dos nossos trabalhos e da 1ª. Comissão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretárias, Senhores Vereadores e caros Colegas. -----

----- Eu pensava que não era necessário apresentar este Parecer sobre a Proposta, na medida em que, é extremamente simples e no fundo, corresponde a algo que já devia ter sido feito há muito tempo, que tem a ver com atualizações dominiais, que ainda não tinha sido feitas e que se aproveitou agora para fazer. -----

----- Concretamente eu não tenho aqui nem o Parecer nem a Proposta, mas, sobretudo, portanto em papel, sobretudo, essa desafetação destina-se, por um lado a regularizar essa alteração dominial, do domínio público para o domínio privado e, no fundo também para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, e para apoio à logística do empreendimento urbano, portanto é sobre tudo isto, e tanto que foi aprovado ontem, por unanimidade, e é o que me compete dizer. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, atendendo ao modo como a Câmara apresenta esta Operação mal ficaríamos nós se não introduzíssemos devidamente.-----

----- Vamos então passar aos oradores que já se inscreveram para este ponto.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Não estamos aqui a discutir a essência da Operação de Entrecampos, longe disso, nem a alienação dos terrenos, estamos a discutir uma questão de desafetação pura e simples do domínio público municipal que o para o domínio privado, bom, e, mediante isto o que é que se nos oferece dizer? Olhar com alguma estranheza para a forma como isto é feito, é desafetada toda a parcela do domínio público, mas mantém-se à superfície, portanto, a via correspondente à Avenida 5 de Outubro mantém-se como sendo do domínio público, portanto, eu acho que apesar de toda a boa vontade, havia que haver aqui algum cuidado na apresentação destas propostas, para sabermos exatamente onde é que acaba o domínio público e onde é que começa o futuro domínio privado, apenas no subsolo. -----

----- Ou então dizer-se que o domínio privado é apenas o subsolo e em função da construção do parque de estacionamento, mas reparem, é muito complicado ter uma estrutura viária que está integrada por natureza e por definição legal no domínio

público, e que depois no seu subsolo está integrada no domínio privado, tanto mais sem uma clara distinção.-----

----- Portanto, isto pode pôr problemas desde logo ao nível de intervenções, e a uma série de outros níveis e, portanto, talvez fosse, tivesse sido equacionada, com muito mais correto associar a alienação dos terrenos e das parcelas, para aquelas em favor das quais beneficiasse o parque de estacionamento, uma concessão de utilização do domínio público, eventualmente, renovável, porque é disso que se trata, quer dizer, nós, no fundo, nós não estamos a desafetação do domínio público o troço viário da Avenida 5 de Outubro, nós estamos a desafetar do domínio público o subsolo, isto pode colocar problemas!-----

----- Imaginem os Senhores que em vossa casa, alienam o subsolo da vossa casa e, portanto, ficam com a vossa casa na mesma na vossa posse, portanto, isto pode colocar situações complexas, eu percebo a gravidade e a importância desta Operação Integrada de Entrecampos e da respetiva hasta pública, mas há que ter mais alguma cautela quando se mexe em questões de domínio público e domínio privado, e com os condicionamentos que isto pode causar. Por esse motivo, o Bloco de Esquerda abster-se-á na votação desta Proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ O Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Venho aqui uma vez mais reforçar aquele que é o sentimento de congratulação que o PSD tem, neste momento, sobre esta matéria, e uma vez mais saudar aquele que tem sido o esforço desenvolvido pelo próprio PSD, nomeadamente, na pessoa do Senhor vereador João Pedro Costa, naquele que é um princípio de concertação com vista à obtenção da atenção necessária àquelas que foram as preocupações, portanto, o Senhor Vereador já tinha demonstrado na sua Declaração de Voto, na primeira votação, em sede de Câmara Municipal, e que nós, aqui mesmo, na Assembleia Municipal também tínhamos alertado.-----

----- Nesse sentido foi fruto dessa proposta possível aprovar, um conjunto de acertos fundamentais, no âmbito do projeto, que visam, sobretudo, acautelar essas mesmas preocupações que o PSD sempre manifestou, e por isso é mesmo esse espírito que aqui também hoje damos um sinal de que se caminha agora no sentido correto, e é por isso que daremos também um sinal de aprovação desta proposta, com isso, obviamente, não retirando, de forma alguma, aquela que é a exigência de manutenção do que foi aprovado pela Vereação em Reunião de Câmara e que trará certamente

depois frutos no âmbito do próprio projeto, aqui também à Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não registamos neste momento mais inscrições, não sei se a Câmara quer responder a algumas intervenções? A Câmara prescinde e, portanto, vamos passar à votação da Proposta 420/CM/2018.-----

----- Agradecia Senhoras e Senhores Deputados que se sentassem para votarmos, vamos então votar.”-----

----- A **Proposta nº. 420/CM/2018**, votos contra do CDS-PP, abstenções MPT, BE, PCP, PEV, e PAN, votos a favor do PS, PSD e 8 IND. A **Proposta nº. 420/CM/2018 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário)-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Lisboa de um antigo troço da Azinhaga do Ferro, com a área de 1.310,00m² e o reconhecimento do domínio público na superfície da Av. 5 de Outubro, no troço compreendido entre a Av. das Forças Armadas e a Av. Álvaro Pais e, bem assim, nos troços das Ruas da Cruz Vermelha e Cordeiro de Sousa, no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos*”-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram Contra a proposta acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *Enquadramento Histórico*-----

----- *1 - Estratégia do executivo PS em 2015:*-----

----- *A CML lançou uma hasta pública que teve como objectivo a alienação da parcela de terreno municipal, com a área de 42.550 m², situada no Quarteirão delimitado pelas Avenidas das Forças Armadas, República e 5 de Outubro, prédio n.º 1 da Praça de Entrecampos.*-----

----- *A operação urbanística a desenvolver na parcela de terreno, previa usos mistos – comércio, serviços, habitação e turismo, não devendo, no entanto, destinar uma área inferior a 60% da superfície de pavimento para comércio e serviços e uma área inferior a 20% para habitação;*-----

----- *O objetivo do Município de Lisboa visava assegurar um projeto de grande qualidade urbanística e de carácter unitário. Afirmou o vereador Manuel Salgado na proposta 395/2015 que tal desiderato dificilmente seria atingido num cenário em que a alienação se fizesse, lote a lote, com base numa operação de loteamento, e que também essa opção levaria a uma redução da receita resultante da alienação.*-----

----- *Tratando-se de uma parcela única de terreno, o PDM determina no seu artigo 43.º; “que o cálculo da edificabilidade se faça por aplicação das regras morfo-tipológicas”, isto é, considerando as alturas dos edifícios da envolvente e a profundidade de empenas.*-----

----- Da aplicação de tais regras morfo-tipológicas ao caso concreto resulta, para a parcela de terreno em alienação, uma superfície de pavimento acima do solo com um máximo de 143.712,00 m2.-----

----- Foi aprovado também o valor base de licitação: €135.700.000,00 (cento e trinta e cinco milhões e setecentos mil euros).-----

----- O resultado foi que esta operação de alienação ficou duas vezes deserta nas hastas públicas efectuadas em 2015. Em suma, esta operação foi um total fracasso. ---

----- 2 - Entendimento do CDS em 2015:-----

----- No entender do CDS, que alertou na altura devida, este fracasso deveu-se à estratégia urbanística escolhida, e que no nosso entender foi profundamente errada: --

----- O CDS defendeu que alienar um terreno cuja estratégia urbanística era de carácter unitário - isto é, um só edifício e construído por um só promotor - seria difícil de vender e executar em tempo útil, e com elevados transtornos para a cidade de Lisboa.-----

----- O CDS defendeu também que a melhor solução seria desenvolver uma operação de loteamento e alienar os terrenos, lote a lote, o que implicava passar de um índice 3.7 para um índice de 2.0, cumprindo desta forma o regulamento do PDM, e também permitindo que investidores nacionais pudessem concorrer na hasta pública.-----

----- O que prevaleceu foi a especulação construtiva e imobiliária para maximizar a receita resultante da alienação.-----

----- Se o executivo PS tivesse ouvido o CDS, talvez esta operação urbanística já estivesse resolvida e em execução.-----

----- 3 - O CDS defendeu no seu Programa Eleitoral em 2017, que nos terrenos da antiga Feira Popular o uso de habitação deverá ser maioritário numa percentagem de 70% e para outros usos 30%, respeitando o PDM.-----

----- O CDS apresentou, na Reunião Extraordinária de 17 de Maio de 2018, a Proposta 289/2018 que defendia o uso predominante de habitação para o arrendamento a preços moderados e direccionada essencialmente para a classe média, privilegiando também as famílias numerosas.-----

----- Na reunião de Câmara a proposta foi chumbada por todas as outras forças políticas representadas no plenário, isto quer dizer que tanto o PSD, o PCP e o Bloco estão coniventes com a opção política do PS de especulação imobiliária e com a opção urbanística de densificação e terceirização dos terrenos da antiga feira popular.-----

----- Esta opção é claramente contrária à defendida pelo CDS-PP que elege a função habitacional como de primordial interesse para o local, associado a um programa municipal de rendas moderadas para a classe média.-----

----- 4 - Estratégia do Executivo PS em 2018:-----

----- A CML lança uma “Operação Integrada” que, pela dimensão da operação urbanística e pelas alterações significativas que são apresentadas, deveria ter optado pela elaboração de um Plano de Pormenor.-----

----- O conceito “Operação Integrada” não existe como figura ou conceito no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, nem no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----

----- Na “Operação Integrada” é inserido o Loteamento das Forças Armadas, parcialmente construído e com alvará de loteamento n.º 8/2005 aprovado, para acomodar habitação a preços acessíveis e poder afirmar que defende a habitação para a classe média na zona de Entrecampos e não nos terrenos da Feira Popular.-----

----- Inserida na “Operação Integrada” é definida uma Unidade de Execução, onde é pretendido desenvolver um grandioso e excessivo centro de serviços, na parcela da Feira Popular e na parcela na Av. Álvaro Pais, e pretende o executivo PS esbater assim o facto incontornável de, na área proposta delimitar como Unidade de Execução de Entrecampos, se prever apenas 16% de habitação para venda livre no cômputo global da superfície de pavimento total.-----

----- Na Unidade de Execução é feito um destaque na parcela da Feira Popular - a que chamamos um “loteamento encapotado” - resultando com esta operação duas novas parcelas, “A” e “B”.-----

----- A parcela “A” apresenta-se com um carácter unitário e na parcela “B” é desenvolvida uma Operação de Loteamento, dando razão desta forma ao CDS sempre defendeu desde 2015.-----

----- A “Engenharia Criativa” aplicada a estas operações urbanísticas apresentadas pelo executivo PS e acompanhado pelos restantes partidos políticos representados na Câmara Municipal de Lisboa, com excepção do CDS, tem apenas um objectivo: maximizar a receita resultante das alienações, como já tinham afirmado o Sr. Presidente Fernando Medina e o Sr. Vereador Manuel Salgado, na proposta apresentada em 2015.-----

----- É manifesta a ilegalidade da maioria socialista quando artificialmente resolve manter a mesma área de construção da hasta de 2015, através de operações urbanísticas diferentes e com índices diferentes, incumprindo claramente o PDM e violando ostensivamente os direitos do Património do Domínio Público.-----

----- 5 – Queremos salientar que os representantes do CDS na Assembleia de Freguesia das Avenidas Novas apresentaram uma moção em total sintonia com a proposta apresentada na câmara pelos vereadores do CDS, sendo que o desfecho da votação foi totalmente inversa, tendo sido aprovada por maioria. Sendo esta a freguesia onde estão localizados os terrenos de Entrecampos, por maioria de razão consideramos que alguns vereadores da CML estão em total contradição com representantes da população na junta de freguesia.-----

----- 6 – O CDS considerou que a discussão pública aprovada pela CML, cingida ao mínimo de 20 dias previsto por lei foi redutora de uma verdadeira participação. Aliás, o executivo camarário promoveu uma sessão pública de esclarecimento em local distante da zona de intervenção, numa atitude pouco respeitadora da comunidade mais atingida e interessada pela intervenção.-----

----- Nesse sentido, o CDS propôs uma audição pública promovida pela AML, que foi acolhida e aprovada, por unanimidade, por todas as forças políticas.-----

----- 7 – A Assembleia Municipal recebeu uma petição, assinada por mais de 250 cidadãos moradores da zona de Entrecampos, que exigia uma discussão mais alargada e aprofundada da operação e apresentando várias preocupações e sugestões ao processo. Lamentavelmente, a pressão do executivo socialista em aprovar a proposta não se coaduna com a democracia participativa e com a devida e ponderada, por parte da AML, em tempo oportuno e útil. -----

----- 8 - Operação de Loteamento na Parcela B:-----

----- 8.1 – A área efectiva da “Parcela B” é aproximadamente de 33 800m², e nunca é referida nos documentos oficiais disponibilizados pela CML;-----

----- 8.2 - Aplicando o índice 2.0 de acordo com o PDM, a Superfície de Pavimento deveria ser de 67 600m², aproximadamente;-----

----- 8.3 – Esta é a forma correcta para a definição da Superfície de Pavimento para qualquer parcela sujeita a Operação de Loteamento, isto é, qualquer entidade pública ou privada, proprietária de uma parcela de terreno com uma determinada área, aplica um índice de edificabilidade à área líquida da parcela, permitido pelo instrumento de ordenamento aplicável e determina assim a edificabilidade correspondente;-----

----- 8.4 – Como se pode observar no Quadro de Áreas, a área de edificabilidade determinada para a “Área B” (Lote B1+Lote B2) é de 105 981m², soma do lote B1 e B2. - -----

----- Para chegar a estes valores da superfície de pavimento na “Parcela B”, a CML estende o limite da operação de loteamento;-----

----- 8.5 – Aqui chegamos à primeira ilegalidade executada pela CML e à forma criativa para certificar a área pretendida, isto é, a CML pretende uma determinada área, aplica o índice 2.0 de acordo com o PDM e amplia a área do loteamento para o espaço público.-----

----- Assim, os novos limites considerados para a operação de loteamento para “Parcela B” extravasam significativamente o limite da parcela, considerando a Av. 5 de Outubro + parte da Av. Das Forças Armadas + parte da Av. Da República + os troços de terreno junto à linha de caminho-de-ferro a Sul da intervenção. -----

----- Estes limites vão de uma forma ostensiva muito além da parcela objecto da Operação de Loteamento, abrangendo na totalidade uma área de 59 367m² (Lote B1+Lote B2 + arruamentos do domínio público).-----

----- 8.6 – De acordo com a justificação da CML esta situação é executada para manter a área de Superfície de Pavimento, que foi aprovada nas hastas anteriores de 2015 para os terrenos da Feira Popular, no valor de 143 723m². Agora em 2018 a área da Superfície de Pavimento é de 164 171m², tendo em consideração a “Parcela A” e a “Parcela B”.-----

----- É de referir que em 2015 esta área de 143 723m² era legítima porque a CML aprovou uma Intervenção de um edifício para alienar, aplicando a morfologia da envolvente territorial para o índice de edificabilidade de 3.7.-----

----- Em 2018 apresenta uma Operação de Loteamento, cujo índice de edificabilidade seria inferior, correspondendo a 2.0. e curiosamente a área de edificabilidade ainda

aumenta, passa de uma área de Superfície de Pavimento de 143 723m2 em 2015, para uma área de Superfície de Pavimento 164 171m2 em 2018.-----

----- 8.7 – Chega-se assim a outra grave ilegalidade que é incluir numa Operação de Loteamento de uma parcela para venda em hasta pública o território que pertence ao domínio público. O domínio público não é Património da CML é património de todos os cidadãos e dessa forma não pode ser incluído numa parcela de loteamento para calcular/ampliar as áreas de construção a alienar. É a mesma coisa vender o património público que não lhe pertence.-----

----- 9 – Nos pareceres jurídicos encomendados pela CML, é referido a inexistência de normas que contrariem a utilização do domínio público, referindo inclusive intervenções urbanísticas onde vias incluídas no domínio público municipal foram utilizadas para calcular os índices. Ora, se atentarmos pormenorizadamente os referidos pareceres, constata-se que nenhum deles encontra suporte legal ou normativo para a utilização em apreço.-----

----- No que concerne a anteriores utilizações, os exemplos referem-se a AUGI's que, contrariamente às vias consolidadas circundantes dos terrenos da Feira Popular, são vias que foram extintas, reconvertidas ou reconstruídos, pelo que são situações totalmente distintas. -----

----- Em suma, o CDS tem fundadas reservas políticas e legais sobre todo este processo. -----

----- Pelos motivos referidos e pelas características, parâmetros urbanísticos e objectivos previstos, os deputados municipais do CDS manifestam-se contra as Propostas, objecto desta declaração de voto. -----

----- Lisboa, 19 de Julho de 2018, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Francisco Rodrigues dos Santos.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vamos passar agora ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Ficou registada a Declaração de Voto do CDS-PP, por escrito no Ponto 1.-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 764/CM/2017 - CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA TURCULTUR - TURISMO E CULTURA DE PORTUGAL, LDA. SOBRE O PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA DA JUNQUEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; 1,5 X GRELHA BASE - 51 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente** -----

----- **Parecer da 7ª Comissão Permanente** -----

----- **Recomendação 032/01 (7ª CP)** -----

----- (A Proposta n.º. 767/CM/2017 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 7ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- (Recomendação 032/01 (7ª. CP) fica anexada a esta Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Recordo que esta Proposta já tinha vindo a Plenário, dia 8 de maio, com um primeiro Parecer da 1ª Comissão, depois desceu a 7ª Comissão para audições e trabalhos complementares. Temos pareceres da 1ª e da 7ª Comissões Permanentes, temos a Recomendação 32/01, oriunda da 7ª. Comissão Permanente. -----

----- Vamos dar a palavra à Câmara, se assim o entender, para apresentar a Proposta. A Câmara quer prescindir.-----

----- A 1ª e 7ª Comissões Permanentes, se alguém quer apresentar, os Deputados Relatores não estão. A 1ª. e 7ª. Comissões Permanentes prescindem da apresentação. --

----- Pela 7ª CP então temos a Senhora Presidente Simonetta Luz Afonso da 7ª Comissão Permanente, que apresentará o Parecer. -----

----- A senhora Deputada Aline Beuvink não podia estar presente por compromissos profissionais, abordou o tema na sua Declaração Política. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente, tem a palavra, sem tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS),** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Imprensa, Senhores Funcionários, muito boa tarde. -----

----- A Proposta número 764/2017 foi apreciada pela 1ª Comissão e a pedido de alguns Grupos Municipais, baixou também à 7ª Comissão onde a nossa principal preocupação e, no fundo é que é, de facto, o nosso perfil foi analisar a qualidade dos conteúdos propostos, para desenvolver um projeto designado inicialmente Museu do Terramoto e felizmente mais tarde apenas *Quake* pois a definição internacional de Museu não encaixa neste projeto. -----

----- O terramoto de Lisboa de 1755, tratando-se de uma catástrofe natural, de enorme relevo internacional, desde o século XVIII, o próprio Voltaire nela falou, tem uma importância científica e marcou de forma incontornável o próprio desenvolvimento da cidade de Lisboa, da sua arquitetura e das suas vivências, portanto, justifica um tratamento condigno e que ilustre este acontecimento na sua verdadeira dimensão. -----

----- É evidente que apesar de se tratar de um projeto de índole turístico/cultural e do foro da educação e do entretenimento, é o único na cidade dedicado a este tema, justifica pois, que recorrendo a novas tecnologias se deixe uma marca junto dos visitantes, que procuram esta zona nobre da cidade, onde pretende ser instalado, para conhecerem a sua história e o seu passado. -----

----- Infelizmente, a audição do promotor do projeto não nos ajudou a entendermos a dimensão e o alcance do projeto, apresentou apenas uma boa ideia, mas não a conseguiu materializar limitando-se a apresentar conteúdos vagos nas suas várias vertentes, mostrou deste desconhecer outros projetos dedicados ao mesmo tema, por

exemplo, nos Açores ou da mesma índole apresentados em Portugal, e não apresentou uma equipa de apoio científico, cultural e turístico com a qual terá certamente de desenvolver o projeto no futuro, para passar de uma boa ideia a um bom projeto. -----

----- Perante esta incerteza quanto aos conteúdos o meu voto pessoal será de abstenção, esperando e fazendo votos para que a situação se modifique e que os promotores se envolvam seriamente nos conteúdos, assumam a responsabilidade pública da importância do desenvolvimento desta ideia, apesar de se tratar de iniciativa privada, que *de per si* louvamos, e se rodeiem de uma equipa credível e experiente que lhes permita realizar um projeto que contribua, de facto, para a qualidade da oferta lúdica ou cultural da cidade. -----

----- Queria agora acrescentar que na ausência, por motivos de compromissos profissionais da Senhora Relatora Deputada Aline Beuvink, passarei a ler as recomendações do Parecer votado por unanimidade na 7ª comissão. -----

----- “Recomendações, ficou subjacente a ideia de que falta uma contextualização científica sólida para o projeto avançar embora o Parecer da DGPC seja favorável à construção no terreno, condicionada na especialidade Arqueologia. -----

----- Recomenda-se neste ponto que o projeto tenha em vista a valorização dos achados que poder-se-ão encontrar no local, o que irá valorizar histórica e científica e culturalmente, seria de todo o interesse do Município da Cidade de Lisboa, e até dos promotores do projeto, integrar os achados arqueológicos, de alguma forma daquele equipamento turístico, com uma interpretação histórica da zona envolvente, dando relevo, por exemplo, às plataformas defensivas que lhe forem erigidas no século XVII e de que ainda há vestígios próximos, no terreno alienado pela Câmara” Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada pela apresentação feita.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente. -----

----- A aprovação desta Proposta constituirá uma nódoa que nem com benzina sairá a quem lhe votar favoravelmente, por duas razões. -----

----- Em primeiro lugar, uma questão que já foi aqui afluída pela Senhora Presidente da 7ª Comissão, quanto à natureza do projeto. Decididamente, não é um Museu, e pelo que o promotor explicou, também não é grande coisa, aliás, não sabe rigorosamente aquilo que é. E aqui chegados, em audição na 7ª comissão, registre-se, recomendo-vos a leitura do Relatório da 7ª Comissão. -----

----- E aqui chegados, Senhoras e Senhores Deputados, somos confrontados com uma cedência de um terreno municipal em regime de direito de superfície, relativamente ao

qual não se conhece nenhuma razão cultural ponderosa e, de fundo, para a sua aprovação, e depois com uma taxa de rentabilidade de pouco mais de um por cento, conforme fica claro no Relatório da 1ª Comissão, com uma taxa de rentabilidade de pouco mais de um por cento, e agora quanto é que é a taxa de rentabilidade que o Município vai pagar ao Ministério da Segurança Social, relativamente aos imóveis que, para cá virão no âmbito do Programa Renda Acessível? -----

----- Enquanto não os adquirir, segundo a imprensa, vai pagar uma taxa de cinco e qualquer coisa, desculpem lá mas agora não estou a localizar, mas de 5,35 por cento, julgo eu, mas quero-vos chamar a atenção para outra, para o outro negócio brilhante que avalia e que deve servir de critério para avaliar este negócio, que é o negócio da permuta do Palácio dos Machadinhos pelos terrenos da Feira Popular em Carnide, e que em função dessa permuta com o Município, depois de permuta ocupou durante um determinado período o Palácio dos Machadinhos, com a alienação aqui aprovada, portanto, o rendimento, um abatimento na diferença de valor, correspondente a 7 por cento ao ano-----

----- Mas qual é o município, e qual é o autarca com o mínimo de responsabilidade que aliena o seu património com uma taxa de 1.35 por cento ao ano, e que paga a 5.35 para a habitação, a 7 por cento para o Palácio dos Machadinhos! Isto é uma irresponsabilidade e os Senhores Deputados Municipais do CDS e os Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista, estão em tempo de corrigir a votação, que tiveram na Câmara Municipal a este respeito, porque sendo isto a atividade comercial não se lhe vende o interesse cultural, pergunto eu, mas por que carga de água há de esta Assembleia Municipal e qualquer um de nós aqui eleitos, consentir com uma alienação ainda que transitória, com uma taxa de rentabilidade para o Município de cerca de 1.35 ao ano. Assim Senhores Deputados não vamos lá! E é altura desta Assembleia Municipal pôr cobro a este negócio, que não convém ao interesse público, nem convém à saúde financeira do Município. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro, depois segue-se a senhora deputada Ana Mateus.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, a CML propõe ceder o direito de superfície de uma parcela de património municipal por um período de 50 anos, poderá ir ao dobro do tempo, a troco de 925 mil euros, ou seja, 24409,16 euros por ano, 24 mil, a uma empresa privada que quer construir e explorar um tal Museu do Terramoto, que não será um Museu! -----

----- Insuficiente no sentido museológico e científico e nulo em termos de acervo e investigação, pretende servir uma lógica de negócio turístico. O terreno é cedido sem

concurso público, num processo já considerado como eivado de falta de transparência, garantida através de um contrato direto entre a Empresa Turcultur Turismo e Cultura de Portugal, de Portugal, imagine-se, e a Câmara Municipal.-----

----- São seiscentos metros quadrados numa zona considerada de enorme valia, cedidos a uma empresa formada há cerca de um ano, sem qualquer experiência conhecida, e até com uma localização que levantou dúvidas, a própria empresa.-----

----- O processo deveria e deverá ser outro, com concurso aberto a projetos e projetos a serem avaliados em função do interesse da cidade, do desenvolvimento cultural da população e do turismo, sim, com transparência e respostas temáticas, museológicas e científicas, que mereçam a cedência de um direito de superfície e o empenhamento do Município. -----

----- Há interesse em criar um Museu que seja uma grande proposta científica e cultural? Então que sejam consultadas entidades públicas e universidades com trabalho realizado nesta realidade complexa e exigente, para além de que deve ser estudado local adequado e mais propício à sua construção, não em termos de puro negócio, mas na perspetiva de localização histórica e de resposta educativa e cultural. -

----- Estamos perante um caso em que serão desocupadas cinco pequenas empresas, sociedades comerciais e oficinas, este é um projeto enviesado comercial e privado com uma filosofia de “diverte-te agora e não penses mais nisso”, não será um Museu, é um negócio de oportunismo para o rei turismo ou o turismo rei, com conteúdos que se configuram frágeis e, sobretudo de entretenimento.-----

----- Um Museu a sério, integrando a cidade do tempo, o terramoto e os factos e consequências humanas e históricas, num contexto que se revelou de grande mudança para Lisboa, e o futuro da região, deveria ser Municipal ou mesmo Nacional, não sendo assim e sendo de diversão preferencial, para esvaziar realidades e fazer dinheiro, é evidente que votaremos contra esta proposta da Câmara. -----

----- O relatório da Comissão, da 7ª Comissão e nós propusemos que esta proposta baixasse à 7ª, fomos um dos que propuseram, tem qualidades, mas vamos votar contra a Recomendação da 7ª Comissão, por dar cobertura à cedência do terreno, para mais um divertimento turístico. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhoras Assessoras, Senhores Funcionários, Comunicação Social, restante público. --

----- Antes de mais quero deixar aqui um especial agradecimento a todos os elementos da 7ª Comissão Permanente, pelo trabalho desenvolvido. -----

----- Em relação ao assunto do Museu do Terramoto, nomeadamente, à Relatora do Parecer desta Comissão Deputada Aline de Beuvink, e agradecer e saudar a Senhora Presidente da 7ª Comissão Permanente, a Deputada Simonetta Luz Afonso, pela eficiente forma como conduziu os trabalhos. -----

---- A Turcultur, Turismo e Cultura de Portugal, entidade privada, constituída em novembro de 2016, solicitou ao Município a cedência de um terreno em direito de superfície, onde pretende construir e desenvolver um projeto que designou do Museu do Terramoto. -----

---- Tal solicitação resultou na Proposta da Câmara Municipal, Proposta nº. 764, “Constituição do direito de superfície a favor da Turcultur sobre o prédio municipal sito na Rua da Junqueira, proposta esta com vista a ser deliberada e aprovada em Assembleia Municipal, tendo daqui resultado os Pareceres da 1ª e 7ª Comissões. -----

----- Assim e, no decurso das audições da 7ª Comissão Permanente com vista à apreciação da proposta apresentada, foram ouvidos os representantes da Turcultur, a Senhora Vereadora da Cultura Catarina Vaz Pinto e o Senhor Vereador Manuel Salgado, tendo o Grupo Municipal do PSD tirado as seguintes conclusões: no decorrer da audição do representante da cidade Turcultur constatou-se que esta empresa recentemente criada, note-se apenas cerca de 2 anos de existência, com cerca de 2 anos de existência, não apresentou qualquer atividade ligada ao setor, quer na constituição, quer na construção de infraestruturas de museus, nem sequer demonstrou ter parcerias com empresas experientes nessa área, podendo caso assim fosse criar sinergias, para prosseguir com o projeto pretendido, conferindo a credibilidade e confiança necessárias para que o Grupo Municipal do PSD estivesse em condições de acompanhar a proposta que hoje aqui discutimos. -----

----- Ora, estar a Câmara Municipal de Lisboa a atribuir a constituição de um direito de superfície sobre um terreno municipal, com uma área de 668 metros quadrados, pelo prazo de 50 anos, a ser liquidado através de uma prestação anual de 24409 euros à razão de 2034 euros mensais, a uma empresa que não apresentou portfólio histórico, nem confiança no seu próprio projeto, não compreendemos qual a razão por que a Câmara Municipal de Lisboa prosseguiu com uma proposta deste teor, sem ter apreciado previamente estes requisitos fundamentais para o bom sucesso do projeto em questão. -----

----- Posto isto, a proposta aqui apresentada não se perspectiva tratar-se de um Museu, tanto assim foi que perante as dúvidas suscitadas à Senhora Vereadora da Cultura, a mesma conclui também quanto muito um centro interpretativo, nada tendo contra a iniciativa privada, antes pelo contrário, se entende o Grupo Municipal do PSD não estarem reunidas as condições necessárias para a execução do mesmo. -----

----- Assim sendo, e porque não se deve confundir cultura com entretenimento, não podemos acompanhar a proposta em questão, que hoje aqui discutimos, acreditamos em projetos com fiabilidade e inovação, que possam servir e acrescentar valor à cidade, mas devidamente alicerçados e sustentados não é o caso deste! Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT, Raul Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente.-----

----- Relativamente à proposta em apreciação, que pretende aprovar a constituição do direito de superfície sobre um prédio municipal para a implementação do projecto “Museu do Terramoto”, o Movimento Partido da Terra faz agora algumas considerações.-----

----- Segundo os promotores, o designado “Museu do Terramoto” pretende ser um projecto de reconhecimento e afirmação histórica do Terramoto de 1 de Novembro de 1755. Neste contexto, pretendem ainda, que o “Museu do Terramoto” esteja para Lisboa, como *Gaudí* está para Barcelona. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, o Partido da Terra reconhece que o Terramoto de 1755 deve ser “*Musealizado*” na cidade de Lisboa, até porque a Cidade que hoje temos se deve, por um lado, a esta catástrofe e, por outro, ao papel do Marquês de Pombal na sua reconstrução. No entanto, e reiterando a relevância do projecto, defendemos que este deveria ser de iniciativa municipal ou mesmo nacional, pelo seu impacto na História de Lisboa e do País.-----

----- A este propósito cumpre ainda referir que o projecto que está no centro desta constituição do direito de superfície, não se trata, como já muitos disseram, de um verdadeiro Museu, mas sim de um Centro de Interpretação, no sentido em que não tem exposição física do espólio, estando unicamente a interpretar um acontecimento real passado em Lisboa, com recurso a tecnologias imersivas de realidade virtual. -----

----- Ora, a não ser um verdadeiro Museu, e com a localização duvidosa que se propõe, não estará este projecto a ser uma mera duplicação do Centro de Interpretação Lisboa Story Centre, dado que a “afirmação histórica do terramoto” já se encontra instalado no seu piso térreo da ala nascente do Terreiro do Paço? -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras, pese embora a proposta referir na sua alínea h) que a parcela “não integra o regime de gestão condicionada previsto no futuro Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa e não está afectada ao cumprimento de outro programa municipal”, Regulamento este que continua em “*banho-maria*”, o Movimento Partido da Terra lamenta que este Património Municipal seja entregue sem qualquer concurso público a uma entidade privada, para um projecto que não corresponde ao propósito de um Museu, como já referido. -----

----- Importa ainda salientar que na audição aos proponentes do projecto se verificou uma enorme fragilidade na sua defesa, cuja inconsistência nos merece sérias reservas. -

----- Também a parcela de terreno em apreciação *sita* na Rua da Junqueira, se encontra ocupada por actividades em exercício comercial, que após uma visita pessoal se revelaram ser actualmente apenas arrecadações.-----

----- Caso esta proposta seja aprovada, as actividades teriam de ser cessadas em prol de um projecto que se desenvolve e projecta quase exclusivamente em torno do Turismo, minimizando os lisboetas, posição assumida pela Autarquia, ao considerar este futuro projecto, e *cito*, “mais um polo de atracção turístico de Lisboa e de promoção histórica da capital”. -----

----- Entende o Partido da Terra também, que face ao presente mercado imobiliário praticado na zona envolvente à área em questão, onde um T3 com área de 135m² tem uma renda de 2.500,00€ mensais, a parcela de 668,00m² está com um valor demasiado baixo, e mais não dizemos. -----

-----Por fim, importa mencionar que na minuta do contrato de constituição do direito de superfície, no ponto 5 da condição primeira, é equacionada a possibilidade de existência de vestígios arqueológicos. O Senhor Vereador está em condições de confirmar a esta Assembleia, que na parcela em questão não existem elementos a preservar ou, se existirem, que serão devidamente investigados? -----

----- Em face do exposto, os Deputados do Partido da Terra consideram que a função cultural deste projecto é minimalista, não valorizando espólio, acrescido do facto da responsabilidade cultural ser transferida totalmente para a iniciativa privada, que aliás muito respeitamos. Assim, entendemos que o futuro projecto “Museu do Terramoto” irá transformar-se numa instituição de puro entretenimento que servirá o grande público consumidor, negligenciando o interesse público para a Cidade, o que nos merece reservas que reflectiremos no voto. -----

----- Uma nota final, desta vez mais pessoal, e que se prende com o facto de uma das arrecadações, onde outrora laborou um serralheiro ou uma serralharia, estar agora a ser ocupada pelo seu arrendatário. Um dos locatários informou-me que o senhor não tem onde ficar, não sei se tem as rendas em dia, e que, caso esta proposta avance ele vai ficar na rua. Peço por isso à Câmara Municipal de Lisboa que tenham este assunto em consideração, porque trata-se de um caso humano, e este senhor está por ali há 30 anos!! -----

----- Temo que possamos colocar mais um sem-abrigo na rua. Muito Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Relativamente à Proposta em discussão, Os Verdes pretendem destacar os seguintes aspectos: -----

----- Em 1º lugar, o prédio municipal sito na Rua da Junqueira, entre os n.ºs 309 e 311A, na Freguesia de Belém, não se situa na zona da cidade mais afectada pela catástrofe natural do terramoto de 1755, logo no entendimento do PEV, não aparenta

ser a localização preferível para se desenvolver um projecto com a finalidade pretendida. -----

----- Referir também que na parcela de terreno em causa existem 5 ocupações não habitacionais que a CML terá ainda de desocupar, o que contribuirá para a realocação ou encerramento das empresas que ali se situam e desenvolvem a sua actividade económica. E aqui pretendemos questionar, uma vez que não vem referido na proposta, se a câmara já fez uma estimativa do custo que vai ter para desocupar aquele terreno? E que verba tem prevista para o fazer? -----

----- De assinalar ainda a desvalorização do ‘know-how’ do Museu de Lisboa que já promoveu, em conjunto com o Instituto D. Luiz, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e o Instituto Superior Técnico, uma exposição intitulada “*Quando Lisboa Treme*” no Palácio Pimenta. Esta exposição foi uma forma de assinalar os 260 anos do terramoto de 1755 e contribuir para promover um maior conhecimento sobre os perigos e riscos dos fenómenos sísmicos, precauções e comportamentos a adoptar. -----

----- Recorde-se também que já existe um Centro Interpretativo designado por “*Lisboa Story Centre*”, na Ala Nascente da Praça do Comércio, que nos conta, de uma forma lúdica e interactiva, os principais eventos históricos da cidade, com particular ênfase para a catástrofe natural que foi o terramoto de 1755 e os planos para a reconstrução da cidade. -----

----- Através desta proposta e mais uma vez, está bem patente que a política de cultura da autarquia está muito longe daquilo que Os Verdes têm defendido nesta Assembleia. Continuamos a assistir a uma clara desresponsabilização do executivo camarário na definição de políticas culturais enquadradas numa visão abrangente, estratégica e integrada para a globalidade da cidade. -----

----- Fica mais uma vez, à merce de iniciativas e projectos de particulares e de entidades privadas que vão aparecendo sem qualquer articulação entre si. Além disso, constitui uma nova e criticável insistência na externalização de serviços do pelouro da cultura, como no caso da gestão e programação de Teatros ou de Museus e Centros Interpretativos, o que é absolutamente lamentável! -----

----- Por estas razões, Os Verdes estão longe de poder anuir com o conteúdo da proposta e muito menos concordar com os seus termos e condições, pelo que votaremos contra a proposta e as recomendações da comissão. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Senhores Deputados estamos a apreciar dois Relatórios, de duas Comissões, da 1ª Comissão e da 7ª Comissão e em simultâneo, estamos a apreciar uma Proposta da Câmara Municipal. -----

----- Uma Proposta, a Proposta 764/2017 que visa, na verdade a constituição de um direito de superfície. Aquilo que se trata e aquilo que estamos aqui a tratar é de, e isto para tentar centrar ou recentrar o debate, tendo em conta as várias intervenções e as sucessivas intervenções, até as declarações políticas, tendo em conta a falta de tempo ou o dobro do tempo que são atribuídas nesse caso, e as agendas que cada um vai tendo. O que se passa é que nós estamos perante um Relatório da 7ª Comissão, da qual eu até pertença, onde nós ouvimos o promotor de Turcultur, ouvimos a Senhora Vereadora da Cultura e ouvimos o Senhor Vereador Manuel Salgado, e onde por unanimidade aprovámos esta Recomendação.-----

---- E por isso, não dispensando a sem dúvida aquilo que são as opiniões das forças políticas agora aqui expressas, o facto é que a Recomendação que aqui trazemos foi aprovado por unanimidade das forças políticas com representação na 7ª Comissão e, portanto, a 7ª Comissão sobre a constituição do direito de superfície a favor da Turcultur foi aprovada por unanimidade, por outro lado, em sede de 1ª Comissão, Comissão da qual também faço parte, também foi aprovado um Parecer por unanimidade e também aqui não se discutiu e é bom que fique claro que, em nenhuma das duas Comissões, apesar de termos tentado fazê-lo ou ter quase essa discussão para aí, aliás, como sucedeu e como nos é possível ver, através da análise da Proposta que hoje temos aqui da Câmara, nunca ou em algum momento se discutiu aqui a constituição ou a criação de um Museu do Terramoto, não é disso que se trata Senhores Deputados, nós não estamos aqui, a Câmara Municipal de Lisboa não pede à Assembleia Municipal que aprove a constituição, ou que autorize a criação do Museu do Terramoto, por muito que custe aos Senhores Deputados, não isso que estamos a tratar, não é isso que nós estamos a fazer, o que nós estamos a fazer é aprovar, é a constituição de um direito de superfície, aliás, se assim não fora não haveria aqui um Parecer da 1ª Comissão, e portanto, é tão-só isso que se trata, e não vale a pena gritarmos, nem vale a pena fazermos aqui contas, nem vale a pena aqui estarmos com percentagens sobre este assunto, porque não é por gritarmos mais alto uns que os outros que vamos ter razão, portanto, não vale a pena fazer contas, eu também já hoje me enganei nas contas da votação, mas não vale a pena, não é? Esta conta é simples de fazer, isto é a constituição do direito de superfície, não é criação do Museu do Terramoto. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, a conta aqui é muito simples, nós somos a favor do Relatório e da Recomendação da 7ª Comissão, que visa a constituição de um direito de superfície, somos a favor do Parecer que foi aprovado na 1ª Comissão sobre a constituição do direito de superfície e, naturalmente, votaremos a favor da proposta 764, que foi também aprovada em Câmara, que visa que a Assembleia Municipal aprove a constituição do direito de superfície, relativamente à Turcultur sobre o prémio municipal na Rua da Junqueira. Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, com o tempo também gentilmente cedido pelos Senhores Deputados Independentes.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados como é evidente as forças políticas aprovaram as recomendações, aliás, esperamos não ter que as votar, esperamos que a Proposta chumbe antes sequer de chegarmos ao momento de votar as Recomendações, pois que se a Proposta passar, e esperamos que não passe, as Recomendações ficam prejudicadas, são um meio complementar no caso de, que eu espero que só por absurdo esta Proposta passe, portanto, Senhor Deputado Manuel Lage, não percebo o que é que nos vem aqui dizer, não percebo que é que nos foi aqui dizer, mas é como o Senhor Deputado diz, é só fazer contas!-----

----- Oh Senhor Deputado Manuel Lage, mas passa pela cabeça de alguém nesta Assembleia Municipal arrendar seja o que for, com uma taxa de rendimento de um por cento do imóvel? Vale mais ter o dinheiro no Banco! E passa pela cabeça de alguém, que aqui tem aprovado operações, como taxas e é preciso falar nas taxas, com taxas de 7 por cento, o Palácio dos Machadinhos, com taxas de 5.35, que há de cá vir, o Programa Renda Acessível, Pilar Público, venha depois dispor do seu património por 1%? Isso lembra aquelas pessoas que têm dinheiro no Banco a render a 1% e depois vão pedir empréstimos a 7.50, tendo o dinheiro a render e 1% no Banco! Isto não lembra ao careca! Isto não lembra ao careca!-----

----- Mas eu queria acrescentar mais uma coisa, eu queria acrescentar mais uma coisa, que é que se houvesse aqui, de facto, a mais-valia de um Museu, da existência de equipamento cultural? Que se visse que tinha valia? Mas isso não ficou demonstrado, Senhoras e Senhores Deputados, e a verdade é que a Proposta da Câmara, a dita Proposta 764, como disse o Senhor Deputado Manuel Lage, fala nos seus considerandos que o projeto é designado provisoriamente por Museu.-----

----- Portanto, se a iniciativa privada quiser vir explicitar o que isto é, coisa que não fez na 7ª Comissão, e temos aqui relatos, pode-se ponderar numa taxa bonificada, por assim dizer. Agora ceder isto a privados, sem garantias nenhuma de qualidade do projeto, com uma taxa de 1%, quando estamos a pagar 7% pelo Palácio dos Machadinhos, aliás, afeto à Direção Municipal de Cultura, onde funciona, e quando vamos pagar 5,35 para a utilização dos prédios do Programa Renda Acessível? Para isso não contém connosco! E faço um último apelo aos Senhores Deputados Municipais do CDS, e aos Senhores Deputados Municipais do PS, para que reprovem esta proposta e ponham fim a esta questão. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o senhor Deputado Luís Newton, do PSD, e tem tempo cedido pelo CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Senhor Deputado Rui Costa, eu quero-lhe dizer, o Senhor não compreendeu a intervenção do Senhor Deputado Manuel Laje e do Partido Socialista, mas o PSD compreendeu. O Senhor Manuel Laje e o Partido Socialista vieram aqui dizer, é que para eles, o património dos munícipes de Lisboa, o património de todos os lisboetas, é para ser dado ao desbarato, sem interesse do o que é que depois será para ocupar!-----

----- Esta é a mensagem que o Partido Socialista tem para os lisboetas, é a mensagem também que o Partido Socialista tem para alguns privados, que é, não interessa o que é que vocês vão fazer, porque nós vamos à Assembleia Municipal votar coisas que são cedências terrenas, ele já provaram que não sabem fazer contas, portanto, não conseguiram calcular nada relacionado com aquilo que é a perda de capital, que isto representa para os lisboetas. Esta hipoteca de um terreno a 50 anos para algo que sobre a qual os lisboetas terão muito pouco retorno, sobre o qual a informação é escassa, diminuta e em muitas matérias incongruente e, portanto, a grande mensagem que o Partido Socialista nos veio aqui dizer, Senhor Deputado Rui Costa, foi bem compreendida pelo PSD e foi amargamente compreendida certamente pelos lisboetas, que é que, para o Partido Socialista, “tomem lá terrenos, que são vossos, dos lisboetas, não queremos saber porque é que os terrenos servem, vão ao desbarato e vamos descapitalizar a cidade, porque o que interessa é discutir cedências e não a essência que está por trás das cedências”, isto é má gestão do Património Público, isto é exatamente aquilo pelo qual continuamos a dizer, estamos perante uma década perdida! Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado, por favor, até porque atendendo aos 15 segundos que tem. Os Deputados que exercem o mandato como Independentes cedem tempo ao Partido Socialista também.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados Independentes, creio que não será necessário, apenas para dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Senhor Deputado Luís Newton e os senhores Deputados do PSD, mas Senhor Deputado Luís Newton, nem o Partido Socialista, nem eu próprio recebemos lições de moral, de ética ou de qualquer outra índole vindos de Vossa Excelência ou da sua Bancada, mas muito menos de Vossa Excelência.-----

----- Aliás, Senhor Deputado, nós bem sabemos a sua especialidade em atribuir e em dar, e isso aliás é público e notório dos meios de comunicação social, ao contrário da minha pessoa, e todos nós sabemos muito bem disso, Senhor Deputado, portanto, eu de si não aceito lições de qualquer tipo. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Manuel Lage. O Senhor Deputado Luís Newton... Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, mas com o ruído que está ao seu lado, eu não percebi para que efeito é que pediu a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, eu cheguei a ponderar fazer uma intervenção, mas se o CDS-PP mantiver a cedência de tempo, eu mantereí a minha intervenção no púlpito, com base na cedência de tempo feita pelo CDS-PP.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem. O CDS cedeu tempo, portanto, a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton para uma intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Deputado Manuel Lage, quando se acabam os argumentos manda-se a lama! Não é digno, Senhor Deputado.-----

----- Não é digno que Vossa Excelência em determinado momento, entenda que a política é feita da espuma e não da substância! Não é digno Senhor Deputado, mas faz sentido, Senhor Deputado, faz sentido que o Senhor e o seu Grupo Municipal tenham optado por esta linha de ataque ao Partido Social Democrata, e aquilo que eu lhe tenho a dizer, é que tenho pena, Senhor Deputado, tenho muita pena e, por isso é que estou aqui fazer uma intervenção, utilizando tempo seguido gentilmente pelo CDS, e não uma qualquer defesa da honra, sabe porquê, Senhor Deputado? Por muita lama que o Senhor mande a minha honra está longe de ser afetada por si, ou por qualquer outro Deputado e, por isso lamento, profundamente, tenho pena, tenho pena, tenho muita pena, é o sentimento que tenho para a sua intervenção e para este momento muito baixo do Partido Socialista e muito obrigado, Senhor Deputado, para mostrar uma vez mais aos lisboetas, de quando os Senhores não tem mais nada para dizer única estratégia é a lama, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Não registamos mais inscrições. A Câmara Municipal, a senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto a usar da palavra” -----
----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados. -----
----- Como tive oportunidade de referir na Comissão, quando me pediram para falar sobre este projeto, para a Câmara Municipal de Lisboa ficou claro desde o princípio que, na verdade, isto se tratava de um projeto com características especiais, um projeto que apesar do nome que então à época tinha, nunca teve a pretensão de ser um verdadeiro museu, que como muitos outros projetos usam às vezes, há muitos outros projetos que usam o nome de museu sem efetivamente o serem, mas, na verdade, este até já não reivindica para si esse nome, tratando-se sempre desde o início ter sido pensado como um espaço de natureza lúdica, de natureza científica e turística. -----
----- Basicamente, é um projeto turístico, apresentado por uma empresa constituída expressamente para este projeto, daí a existência de não histórico, apesar de haver do currículo dos seus proponentes, e que também já apresentou este projeto, e que financiado, em partes iguais, por capitais próprios, pelo Turismo de Portugal e por Fundos Comunitários. -----
----- Este é um projeto que a Câmara o que está aqui a fazer é ceder um direito de superfície, um direito de superfície de um terreno, esse direito de superfície foi calculado com os valores de mercado, a partir dos valores de mercado, trata-se de um terreno, portanto, com uma taxa de rentabilidade que não é, naturalmente, a mesma de terrenos para habitação, de edifícios construídos para habitação, e com uma taxa também calculada em função do uso, portanto, é um terreno que vai ser usado para um equipamento, que sendo de natureza privada, é para a fruição do público e não para um edifício habitacional. -----
----- Em relação aos conteúdos propriamente ditos do projeto, foi claro também desde o princípio, que têm uma vertente, como disse, de entretenimento e turística, e também uma forte componente pedagógica de sensibilização para as questões da Geologia, para as questões a necessidade de prevenção face ao risco deste tipo de fenómenos e portanto, terá uma forte ligação com as escolas, nas épocas mais baixas do turismo. -----
----- Para nós também, que nos foi apresentado em termos de conteúdos, era nesta fase suficientemente suficiente, na medida em que há já também uma previsão dos conteúdos das várias salas, nomeadamente, a Máquina do Tempo, a apresentação da cidade naquela época, a questão do Tsunami, uma sala ligada aos contos, em que vários personagens falam sobre a experiência que tiveram daquele dia, sejam personagens religiosos, políticos, cidadãos comuns e, portanto, é na verdade, toda uma recriação daquele dia e daquele fenómeno, a partir destas novas tecnologias multimédia, a realidade virtual, como aqui já foi assinalado e na verdade também com o apoio de empresas especialistas na área que, entretanto, já foram consultadas, dado que também em Portugal não há muitas experiências deste género desta envergadura. -

----- Quero informar também aqui a Assembleia que, neste momento, o projeto já foi objeto de parecer positivo do Turismo de Portugal, portanto, aguarda apenas a aprovação do direito de superfície aqui pela Assembleia, para o que se para poder ser continuasse, portanto, a nós parece-nos que, na verdade, não é um projeto cultural eminentemente cultural, portanto, não está na esfera da política cultural do Município é sim, um projeto de desenvolvimento da cidade, um projeto de dimensão, que contribuirá para a dimensão, para o desenvolvimento turístico da cidade, para o desenvolvimento económico da cidade, a partir, de facto, de um fenómeno que também ele próprio foi um fenómeno cultural, social, científico, de grande dimensão no século XVIII, e que que é natural que possa ser olhado de várias perspetivas, portanto, para a Câmara Municipal, isto é, de facto, um projeto que vai valorizar a cidade e foi nesse sentido que a Câmara o apoiou e decidiu trazer. Muito obrigado.” ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora. -----

----- Temos a inscrição do Senhor Deputado Modesto Navarro, nas entretanto, o Senhor Vereador João Pedro Costa, nos termos regimentais, solicitou pedido de palavras para exercer o seu direito de protesto, portanto, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Pedro Costa**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde a todos, não é frequente eu poder intervir nestas Sessões, quer deixar o meu protesto, porque esta posição da Câmara Municipal não é uma posição unânime da Câmara Municipal e, portanto, é importante ficar bem frisado que a intervenção foi feita dá a entender que é uma posição unânime, não é unânime e há um entendimento do Partido Social Democrata, desde a origem deste processo, pela 1ª vez que foi apresentado, perante as questões que foram colocadas...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Vereador, nós já tivemos algum diálogo, nalgumas outras Sessões sobre o Regimento e, portanto, o Senhor Vereador sabe que não pode usar da palavra para intervenções, a não ser que o Senhor Presidente da Câmara, ou quem o esteja a representar o autorize, desta vez e com uma figura adequada, mas permite-me, com toda a consideração, dizer-lhe que está a usar da palavra para fazer uma intervenção e não para um protesto e, portanto...” -----

----- **O Senhor Vereador João Pedro Costa**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto:-----

----- “ Senhor Presidente estou a usar da palavra para fazer um protesto, foi afirmado que existia uma posição da Câmara Municipal de Lisboa sobre este processo e eu estou a corrigir essa intervenção, a dizer que a posição não é unânime e que há dentro de Câmara Municipal de Lisboa, uma posição oposta relativamente a este processo.----

----- Se entende que isto não é um protesto e não me dá a palavra, eu tenho muito respeito as instituições e farei silêncio, mas não posso deixar de registar a falta de

liberdade de expressão que existe nesta Assembleia Municipal, e que não permite que um Vereador manifeste a sua posição, diferente da posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador, deixe-me dizer-lhe que, e nós já temos tido um intenso diálogo sobre só algumas matérias Regimentais e é até com alguma latitude, digamos assim, em termos de interpretação que que nós fazemos do Regimento, no Ponto 2 do Artigo 53º., no Período da Ordem do Dia, que concedemos a palavra para protestos e contra protestos, sendo que, no seu Ponto 1 aquilo que é um pouco mais restritivo, mas aquilo que eu tenho procurado seguir o entendimento da Presidente Helena Roseta, e abster-me de fazer grandes teorizações sobre esta matéria, é quando existe algo em concreto naquilo que concerne a um protesto real, permitir essa utilização da palavra na figura em concreto. -----

----- Para intervenções políticas, e se me permite Senhor Vereador, aí tem que ter adequado entendimento do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que está a representar a Câmara. -----

----- E, portanto, vamos passar ao orador seguinte, que estava inscrito que é o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, é em primeiro lugar para lamentar que a Senhora Vereadora da Cultura não tenha apresentado a proposta da maneira como já o fez, na defensiva, depois das várias intervenções que foram feitas, compete à Câmara realmente esclarecer, mas, na realidade a Senhora Vereadora o que disse é que é um projeto especial, não estava definido, não foi apresentado como definido na 7ª Comissão, foi aqui dito pelos próprios interessados e, portanto, estamos perante uma coisa que pode ser um entretenimento, uma rota de feira, uma coisa descentrada e de facto é descentrada, do ponto de vista fenómeno, que aconteceu no centro de Lisboa, sobretudo. -----

----- E de facto, a empresa não tem história, nem tem história, nem tem conteúdo, não tem projeto, mas vai levar o terreno, pelos vistos, pela acérrima defesa que o PS aqui fez na Assembleia, provavelmente leva o terreno!-----

----- Agora isto faz lembrar um projeto do anterior Governo, que era o Distrito Cultural de Belém, ou seja, a instalação de diversas atividades e até utilizando espaços governamentais, portanto, do Estado Central, para criar um distrito onde os habitantes, segundo estava lá no próprio projeto, serviam como uma espécie de guias, de acompanhantes das hordas de turismo para levar aos sítios, digamos, para se divertirem. -----

----- É nesta situação que estamos também com esta Câmara que, apesar de tudo perante o tal projeto do distrito cultural, mostrou-se aqui, pela voz do Presidente da Câmara contra, mas o que estamos a assistir e ao divertimento ou ao alargamento de possibilidades de entreter quem vem a Lisboa, e não é não pode ser, digamos, apoiado

desta forma um projeto que não tem conteúdo, que não vale rigorosamente nada, que se irá adaptar, pura e simplesmente, adaptar, à questão da venda dos bilhetes, às entradas e ao dinheiro que é necessário fazer, para eles, obviamente, com prejuízo para o Município e para Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Mafalda Cambeta, ainda que o tempo cedido pelo PAN.” --

----- **A Senhora Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, eu só tenho uma pergunta para a Senhora Vereadora, a Senhora Vereadora, vem-nos aqui falar várias vezes sobre um projeto, projeto esse que nunca foi apresentar na 7ª Comissão e, por isso, a minha pergunta aqui é que projeto? Porque, neste momento, não existe no projeto e o que a Turcultur nos veio dizer na 7ª Comissão, é que só existiria projeto depois de ser isto aprovado, porque dependeria financeiramente e não poderia apresentar nenhum projeto sem esta Proposta ser aprovada. Muito Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva, a Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, eu gostava de dizer que não vale a pena iludir que estamos aqui a discutir, o que estamos a discutir é um direito de superfície, é certo que se há erro neste processo, se há erro neste processo foi chamar-lhe museu, e esse está a corrigido, a partir daí o que estamos a falar de uma iniciativa que tem valor económico para a cidade. -----

----- E se havia dúvidas sobre o valor económico para a cidade, elas foram, diria eu, desfeitas por um conjunto de técnicos trabalhadores do Turismo de Portugal que analisaram processo e lhe deram a sua chancela e o apoiaram com a pontuação máxima no Instituto e naquilo que era o processo concursal, que eles estavam envolvidos.-----

----- Quando se diz que é para fazer dinheiro, é fazer dinheiro, pois, com certeza que que é para fazer dinheiro! Uma parte o significativa para pagar a trabalhadores e a pessoas que desenvolvem o seu trabalho, e que vão ter a possibilidade de trabalhar neste projeto e naquilo que lhe está conexo, por outro lado, quando se fala, não vale a pena também mistificar aqui as taxas de rentabilidade, porque uma coisa é falar de uma taxa de rentabilidade de um terreno vazio, outra coisa é a taxa de rentabilidade de um edifício de escritórios e outra coisa é falar de taxas de rentabilidade de edifícios de

habitação e, portanto, não vale a pena também com a demagogia barata fazer comparações, que não são comparáveis. -----

----- Por outro lado eu gostava de saber quantos são os partidos que estão aqui representados, ou os Grupos Políticos que tendo autarcas, nessas mesmas autarquias, quando se trata de projetos com interesse económico, não os apoiam e, portanto, é daqui também do que se trata. -----

----- E depois, quando alguém aqui referiu, nomeadamente, o PSD, daquilo que é uma década perdida, eu só gostava de responder, que década perdida? Que não chegou uma década, felizmente, foi aqui na cidade de Lisboa, foi 2002/2007, essa sim, foi um conjunto de anos perdidos, quinhentos milhões de euros de dívida! -----

----- Portanto, quando nos quiserem atirar alguma pedra lembrem-se sempre, 500 milhões de euros de dívida que nós já tivemos que pagar! É isso vocês têm que se lembrar! E sem prejudicarmos o investimento da cidade, que essa é outra coisa interessante, o projeto, certamente, ele existe, eu não sei se foi prestada a melhor informação à Câmara de Lisboa, ou à Assembleia Municipal, o que eu sei é um dado objetivo é que o Turismo de Portugal aprovou um projeto que lhe deu, tenho pena que não conheça, mas...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados vamos ouvir-nos uns aos outros! O Partido Social Democrata tem cedências quer do PAN, quer de CDS, portanto, terei todo o gosto em dar a palavra à Bancada do PSD, mas vamos deixar ouvir o Senhor Vereador, e não vale a pena não nos ouvirmos uns aos outros!-----

---- Senhor Vereador pode continuar.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para terminar, Senhor Presidente, o projeto existe.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Mesmo só para terminar, vou-lhe dar o desconto da interrupção, porque entretanto acabou o tempo que lhe tinham cedido! -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, só para terminar mesmo, o projeto existe, tanto que existe está a pôr em dúvida que o turismo Portugal não aprovou um projeto, esse projeto foi apresentado ao Turismo de Portugal e foi apresentado à Câmara de Lisboa e, portanto, ele existe, há documentação, não consigo perceber o que é que está a dizer, portanto, nem eu nem certamente o Turismo de Portugal também não consegue perceber, e o que estamos a falar é de um projeto com interesse económico para a cidade, não teve nenhum tratamento de exceção, foram as regras que existem no Município até á data. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, temos uma inscrição da bancada do Partido Social Democrata.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton tem cedências de tempo quer do CDS, que não se tinham esgotado, quer do PAN, portanto... O CDS já não dá o tempo, portanto, tem só o tempo cedido pelo PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, obrigado, o CDS, certamente, votará depois em consciência!-

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu se me permitia o Senhor Presidente, aproveitando aqui a gentileza agora do PAN, eu faria aqui um bocadinho sùmula do que do que tem sido um debate, que confesso, extraordinariamente intenso para uma coisa pelos vistos tão simples! Eu diria mesmo que a forma trauliteira e meio lamacenta com que, em determinado momento, o Partido Socialista se jogou a este debate demonstra que há aqui qualquer questão que fere a consciência de uma qualquer dinâmica partidária. -----

----- Mas eu resumiria isto desta forma, muito clara, Senhor Presidente. Nós hoje estamos aqui a votar uma cedência de um terreno para a qual a Bancada Municipal do Partido Socialista diz não existir projeto, e sinceramente não interessar, porque o que estão que a discutir é uma cedência de terreno, para a qual os Senhores Vereadores da Cultura e das Finanças já vieram rapidamente corrigir que, afinal, existirá um projeto e que esse projeto provavelmente é um projeto muito importante, porque já tem uma chancela muito importante, apesar de nunca ter sido sequer apresentava à 7^a Comissão. -----

----- Para depois, virem a seguir também os próprios Vereadores a dizer “Mas isto na realidade é uma cedência de terreno, e não tem nada a ver com projetos”. Eu diria que há aqui uma grande confusão à volta do que é que, ao fim das contas, ao final de contas se pretende aqui a votar. -----

----- E o que eu acho que, na verdade se pretende aqui votar, eu acho que isso é que é importante, é como é que o Partido Socialista se prepara para hipotecar mais um bocado de terreno dos lisboetas, a 50 anos, com um projeto que não é um projeto, mas que foi um projeto que está aprovado, que tem a valorização, mas não interessa, porque não é um projeto, porque na realidade que estamos a votar é uma cedência de terreno! -----

----- Por isso Senhores Vereadores, Senhor Presidente, eu fiquei esclarecido! E se dúvidas existissem sobre a posição do PSD, eu julgo que elas ficaram claras, e se razão assiste à posição do PSD, eu acho que, no final disto, saímos todos muito reforçados. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Agora sim, penso que não temos mais inscrições e, portanto, vamos proceder às votações associadas a este Ponto 2 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Agradecia que as Senhoras e Senhores Deputados tomassem assento nos seus lugares.-----

----- Vamos votar a proposta 764/2017, constituição do direito de superfície a favor da Turcultur, Turismo e Cultura de Portugal, Ld.^a., sob o prédio municipal sito na Rua da Junqueira, nos termos da proposta.”-----

----- **Proposta 764/2017**, votos contra do PSD, PCP, PEV, 5 IND, BE e PAN, votos de abstenção de 2 IND, 1 DM PS e 1DM MPT, votos a favor do PS, CDS-PP, 1 DM MPT 1 IND. **A Proposta 764/2017 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência da Sala de Plenário do Grupo Municipal do PPM).-----

----- **Recomendação nº. 032/01 (7ª. Comissão Permanente)**, votos contra do PCP, PAN, PEV, 2 IND, votos de abstenção de 5 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, 1 IND. **A Recomendação nº. 032/01 (7ª. Comissão Permanente), foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência da Sala de Plenário do Grupo Municipal do PPM).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Temos o pedido do Senhor Deputado Rui Costa para exercer o seu direito a uma Declaração de Voto oral.-----

----- Portanto, microfone ao Senhor Deputado Municipal Rui Costa.-----

----- Temos uma Declaração de Voto escrita da Senhora Deputada Independente, dos dois senhores Deputados Independentes, Paulo Muacho e Patrícia Gonçalves.-----

----- O PSD também é uma Declaração de Voto oral.-----

----- O PAN também quer uma Declaração de Voto oral.-----

----- Então microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, do BE.”-----

----- **O Grupo Municipal do BE** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Obrigado Senhor Presidente. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vota contra a proposta da Câmara e remete para os termos das duas intervenções, e quanto à Recomendação, naturalmente, consumada esta verdadeira desgraça, só nos resta correr atrás do prejuízo e, portanto, de aprovar as Recomendações da 7ª Comissão, para minimizar, enfim, os efeitos desta aprovação inexplicável aqui hoje neste plenário.”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “O senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, do PSD.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- O PSD só poderia ter votado contra esta proposta, porque em todo este processo, esta proposta foi pouco clara e pouco transparente, não sabemos até onde, ou ficámos sem saber até ao momento da votação, que projeto é esse, onde é que ele está, aprovado por quem? Não compreendemos como é que a Câmara Municipal faz uma cedência de um direito de superfície aos preços que pratica naquela zona da cidade. -----

----- O processo é pouco claro, é pouco transparente, não trouxe nenhuma novidade de discussão e as audições que foram feitas na 7ª Comissão e na 1ª Comissão, não passamos cheques em branco a ninguém, e não hipotecamos o património da Câmara de forma nenhuma, e que isso fique bem claro e, por isso, nós estamos contra. -----

----- E também fica claro que nesta Assembleia faremos o acompanhamento muito próximo de toda esta situação, e ver que evolução é que este processo vai ter, mas sempre de uma forma educada, clara e política. Nunca de uma forma baixa ou pessoal.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “A Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN, Declaração de Voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas, de facto, não podemos deixar de secundar aquilo que acabou de ser referido, a transparência é, de facto, dos princípios mais exemplares e modelares que podemos ter aqui na nossa democracia. -----

----- Este é um processo bastante opaco, muito pouco transparente, que não vai sequer ao encontro do respeito que merece esta Assembleia Municipal, por parte quer do Executivo, que os deveria ter feito chegar o projeto, se calhar, todas as dúvidas que aqui foram levantadas não se colocariam se isso tivesse acontecido, obviamente que, por essa razão o PAN não pode deixar está contra, quer em relação à proposta, quer em relação à Recomendação, não significando isso, que não estejam ainda a tempo de fazer chegar à Assembleia ou às Comissões, o projeto, e referiu-se também que o património da cidade tem que ser visto com o seu devido respeito, não só apenas na sua época, mas também historicamente, porque tivemos aqui muito recentemente, um exemplo, de como uma cedência, uma mera cedência de superfície, pode mais tarde vir a embaraçar-nos, exemplo disso foi a cedência de direito de superfície do Campo Pequeno e, portanto, não passamos cheque em branco, nem historicamente e nem culturalmente. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Penso que encerrámos as Declarações de Voto.” -----

----- (Não foram apresentadas as Declarações de Voto escritas dos Independentes) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Portanto, vamos passar para o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 423/CM/2018 – PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA - ADITAMENTO À SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO À SUPERFÍCIE DE PASSAGEIROS DA COMPANHIA DE CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., (CARRIS) BEM COMO A AUTORIZAÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DAS PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 20.º E 21.º DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APROVADO PELA LEI N.º 52/2015, DE 9 DE JUNHO, DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 423/CM/2018 fica anexada a esta Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Esta proposta, conforme foi articulado na Conferência de Representantes é uma Proposta que já esteve presente aqui na Assembleia Municipal, na interação com o Tribunal de Contas, como certamente melhor explicará a Câmara, suscitou-se a necessidade de alguns aperfeiçoamentos, já foram aprovados em Câmara esses aperfeiçoamentos, independentemente das posições políticas de cada força política, por isso, a proposta aqui presente, tendo sido com o consenso de todos, agendada diretamente para plenário.-----

----- Temos a indicação que existe um erro material no Ponto 1 da Deliberação, que em vez de 2.2 deve ler-se 2.3, e com este erro material poderemos iniciar a discussão deste ponto, dando a palavra à Bancada da Câmara para a sua apresentação.-----

----- O Senhor Vereador Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente muito obrigado, antes de começar a apresentar a proposta, gostava só de agradecer a esta Câmara o facto de ter aceite o agendamento, de forma diligente, desta proposta, ainda para mais por consenso, portanto, agradecer aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente essa disponibilidade.-----

----- Relativamente à Proposta que aqui vem é exatamente isso, a Câmara tem estado em diálogo com o Tribunal de Contas, vale a pena sinalizar que este contrato de serviço público, que está em causa é, se a memória não me falha, o terceiro a nível nacional, que é processado pelo Tribunal de Contas, todos têm que ir lá, áquilo que é a nova legislação, da Lei 52/2015 e também por isso, estamos todos num processo de aprendizagem e de contacto com esta nova legislação, incluindo o Tribunal de Contas,

de facto, creio que só um processo de Viseu e os da STCP tinham ido ao Tribunal até agora. -----

----- Por essa razão há uma série de questões foram questionadas, uma série de questões que foram respondidas. No final e para acelerar a convergência objetivamente necessária entre as partes, o Tribunal de Contas sugere que o período de concessão que estava no contrato para 37, passe para 28, na prática 25 mais 3, e que seja explicitado aquilo que são os valores transferidos, ou previsível de transferir do Município para a Carris, nesse contexto. -----

----- Nos aceitamos essa essa redução, sendo certo que, em termos de posição política do Partido Socialista aquilo que acontece é que à meia-noite do dia que acabar este contrato de concessão, à meia-noite e um começaram como o próximo, portanto, não está aqui em causa, em discussão, a opção política do modelo na medida que cada força política terá o seu, nós temos o nosso, o que está aqui em causa é, de facto, o formalismo do contrato de concessão, esse prazo foi revisto, os valores de investimento já traduzem o plano de atividades aprovado em Câmara que inclui coisas como o concurso, que estamos prestes a lançar, para a aquisição de 30 elétricos, elétricos daqueles que andam sobre carris, o reforço em mais de cem autocarros da frota da Carris, etc., o Plano de Atividades que os Senhores Deputados conhecem que foi discutido na 1ª. e 8ª. Comissão e isto no essencial dá uma conformidade de todo o processo que permite o conforto do lado da Câmara, que está confortável com aquilo que está a propor, e julgamos que o Tribunal de Contas, relativamente aquilo que são as suas preocupações e os seus pedidos. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Não registamos inscrições para este tema, certamente também porque está a voltar e porque foi abordado na Conferência de Representantes e, portanto, vamos passar à votação da Proposta 423/2018, do Ponto 2 da parte deliberativa, o aditamento à segunda alteração ao contrato concessão, bem como a autorização de encargos e assunção de compromissos plurianuais. -----

----- Senhora 2ª Secretária agradecia que se sentasse para votarmos.”-----

----- **A Proposta 423/CM/2018**, votos contra do PCP, PEV, e PSD, votos de abstenção CDS-PP, BE, MPT, PAN, votos a favor do PS e 6 IND. **A Proposta 423/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Esteve ausente no Plenário o Grupo Municipal do PPM)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Damos por encerrados os nossos Trabalhos de hoje. Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinco minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----
-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----